QUINTA-FEIRA ■ MACEIÓ - ALAGOAS - 3 DE ABRIL DE 2025 - Nº 4.838 - R$ 4,00

JORGRAF

TRIBUNA INDEPENDENTE

tribunahoje.com



ENTREGUISTA

Bolsonaro defende tarifaço de Trump contra o Brasil

O ex-presidente Jair Bolsonaro saiu em defesa do tarifaço anunciado ontem pelo presidente Trump, dos EUA, contra produtos de outros países, entre eles o Brasil. **PÁGINA 7**



CORTESIA / APRÍGIO VILANOVA

LAGINHA

Ocupação de terras de usinas é discutida pelo TJ/AL com administradores judiciais

Administradores judiciais da Massa Falida da Laginha se reuniram ontem com o presidente do TJ/AL, Fábio Bittencourt, para discutir a situação das mais de 5 mil famílias que estão acampadas nas terras das usinas Laginha, Guaxuma e Uruba. O objetivo é tentar uma conciliação com a participação do Incra, em audiência judicial marcada para 24 deste mês. **PÁGINA 2**

Vale Verde é vendida a grupo chinês por US$ 420 milhões

Baiyin Nonferrous, que atua na China, África do Sul e Peru, herda problemas criados pela mineração no Agreste

A Mineração Vale Verde (MVV), localizada em Craíbas, foi vendida pela britânica Appian Capital Advisory LLP ao grupo chinês Baiyin Nonferrous por US$ 420 milhões, algo em torno de R$ 2,3 bilhões. Desde o início de suas operações, a MVV exportou mais de 300 mil toneladas de concentrado de cobre, totalizando 29 embarques para vários países. Recentemente a mineradora conseguiu autorização da Agência Nacional de Mineração para explorar minérios de cobre em 48% do território de Craíbas. Moradores do município temem consequências da expansão mineradora na região, já submetida a tremores de terra por conta da atividade exploratória com uso de explosivos e denúncia de contaminação de rios. A Baiyin, que atua nas áreas de mineração e fundição de metais não ferrosos e possui operações na China, África do Sul e Peru, adquiriu também, ao comprar a MVV, os problemas gerados por ela no território alagoano. **PÁGINA 5**

EDILSON OMENA



Mineradora inseriu Alagoas no mapa das exportações internacionais de minério de cobre, tornando-se importante produto na balança comercial do Estado, mas acumula denúncias de problemas causados à população da região com a atividade exploradora

Queda no preço dos alimentos é esperada para 60 dias PÁGINA 12

RIO LARGO

Presidente da Câmara não desiste de "cassar" prefeito Pedro Carlos

PÁGINA 4

PRESÍDIOS

Supremo decide que é inadmissível realizar revista íntima vexatória

PÁGINA 4

DENGUE

Alagoas registra média de 250 casos mensais da doença neste início de ano

PÁGINA 10

SELETIVA

CSA e CSE empatam 1º jogo da decisão que vale vaga na Copa do Brasil

PÁGINA 7



sDoc
JORNAL TRIBUNA INDEPENDENTE
Assinado de forma digital por: JORGRAF-Coop. De Prod. E Trab. De Jornalistas e Gráficos do Estado de Alagoas – Tribuna Independente – CNPJ Nº 08.951.056/0001-33 – José Paulo Gabriel dos Santos – CPF Nº 087.567.594-87
ICP Brasil



Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Tribuna Independente (JORGRAF) de circulação diária em bancas de jornais e assinantes. A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou no domínio: www.tribunaindependente.com.br





ESPLANADA



LEANDRO MAZZINI - contato@colunaesplanada.com.br

A CIA tabajara

No Congresso Nacional não há dúvidas de que vazou deste Governo a operação tabajara de suposto monitoramento de e-mails de diretores paraguaios da Usina Binacional de Itaipu, feito pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) no Governo de Jair Bolsonaro. O escândalo causou estragos em várias frentes, em especial nas tratativas entre os dois países para o novo acordo. Na Embaixada do Brasil em Assunção, o clima é pesado. O adido da Polícia Federal será escanteado pelos demais, inclusive diplomatas. O adido da ABIN no Paraguai, por outro lado, também está sozinho. Enquanto na Câmara bolsonaristas querem saber quem vazou a suposta investigação – o deputado Alberto Fraga (PL-DF) pediu convocação do chefe da ABIN, o delegado Luiz Fernando Corrêa. Já nos corredores do Palácio, é tido como certo que, a despeito da origem do vazamento, o alvo foi Corrêa, que balança no cargo. O episódio expõe uma velada briga entre a direção da PF e a Agência, conforme a Coluna apurou. De positivo, a crise só serviu até agora para reativar a Comissão de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), que votou seus membros e terá trabalho, depois de mais de ano desativada.

MÃES SALVAS



O Estado do Rio de Janeiro registrou queda de 18% na Razão da Mortalidade Materna – morte da mulher durante a gestação, parto ou até 42 dias após dar à luz. A redução passou de 77,5 em 2023 para 61,8 em 2024. Foram 101 óbitos no ano passado, contra 133 no ano anterior. Os dados foram apresentados no XXXV Fórum Perinatal do Rio, realizado na última segunda (31), no auditório da Secretaria de Estado de Saúde.

SUICÍDIOS PF

A saúde mental dos policiais federais vem sendo palco de debate e pauta prioritária para a corporação. Dados levantados pela Coluna junto à corporação apontam que em 2023 e 2024 foram registrados seis casos de suicídio de profissionais: dois peritos criminais, três agentes e um delegado. A instituição conta com o Programa de Acompanhamento Psicossocial para os Servidores da PF, a fim de assegurar o bem-estar dos agentes.

VELHA GUARDA

A deputada federal Talíria Petrone (PSOL-RJ), apresentou um Projeto de Lei que poderá reconhecer as Velhas Guardas das Escolas de Samba como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. De acordo com a parlamentar, os integrantes das Velhas Guardas, com longos anos de dedicação ao samba, "são guardiões da identidade das escolas e da cultura afro-brasileira". Som na caixa, mestre de harmonia!

NOVAS PAISAGENS

O Cônsul-Geral Adjunto do Brasil em Vancouver, no Canadá, Júlio Cesar Fontes Laranjeira, será o futuro Embaixador do Brasil na Bielorússia, cujo presidente Aleksandr Lukashenko está no poder desde 1994. Bernard Jorg Leopold de Garcia Klingl, que chefia a Embaixada brasileira em Minsk, será removido para o Azerbaijão. Klingl foi o assessor internacional de José Sarney quando este foi presidente do Senado.

PONTE COM SINGAPURA

A diretora do Departamento das Américas do Ministério de Comércio e Indústria de Singapura, Valerie Yuen, está em Brasília para tratar das relações econômicas entre a Cidade-Estado e o Brasil, com foco prioritário na ratificação do acordo de livre comércio Singapura-MERCOSUL. Singapura é tida como uma das capitais financeiras da Ásia, e centenas de magnatas brasileiros têm negócios lá.

ESPLANADEIRA

#Sow Saúde Integral debate "Feminino: entre o ser e o fazer" dia 16/4. Inscrições online. #Alura anuncia Adriano Almeida como novo CEO.
#Coleção "Crônicas Eternas do Futebol" será lançada dia 7/4 no RJ, com mesa-redonda e roda de samba.
#Abrapp envia carta ao Ministro da Fazenda propondo retorno da aquisição direta de imóveis.
Projeto Bacias & Florestas da Ambev já plantou 2 milhões de árvores nos últimos 15 anos.
#Secretaria de Turismo do RJ promove o 2° Encontro de Gestores Públicos dia 9/4, com 92 municípios.

Com equipe **DF, SP e Noedeste**
www.colunaesplanada.com.br
contato@colunaesplanada.com.br T**witter @leandromazzini**

Laginha: TJ/AL quer conciliação com famílias

Presidente Fábio Bittencourt se reuniu com administradores judiciais da Massa Falida da Laginha para tratar do processo de ocupações

EDITORIA DE POLÍTICA
COM ASSESSORIA

O presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL), Fábio Bittencourt, recebeu ontem (2), administradores judiciais da Massa Falida da Laginha. O encontro tratou do andamento do processo e discutiu a situação das famílias que estão acampadas nas terras das usinas.

"A melhor maneira de resolver o problema é tendo uma conciliação entre todos os envolvidos. Estamos a aguardar uma audiência que vai ocorrer no dia 24 de abril, e realmente o Poder Judiciário espera que a situação chegue a uma boa conclusão", afirmou o desembargador.

Segundo o administrador Armando Wallach, o objetivo é minimizar o impacto social. "As partes vão buscar uma solução para que possa haver a reintegração de posse das áreas de uma forma tranquila e, dentro do possível, definir uma área para o assentamento de parte dessas famílias".

Em meados de março deste ano, o TJ/AL e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) discutiram a situação das mais de cinco mil famílias que estão acampadas nas terras das usinas Laginha, Guaxuma e Uruba. O objetivo foi buscar soluções conjuntas e evitar conflitos em processos de reintegração de posse.

"Importante essa reunião com o Incra no sentido de buscarmos resolver pacificamente os problemas das terras das usinas e dos movimentos que lá se encontram. Estamos tentando, junto com o Governo Federal, resolver essa problemática", reforçou o presidente do TJ/AL, desembargador Fábio Bittencourt.

O presidente do Incra, César Aldrighi, afirmou que o órgão vai finalizar estudos técnicos, apresentar a avaliação financeira das áreas e propor soluções para o caso.

"Há uma decisão do Incra de priorizar esse conflito aqui em Alagoas. Quando fecharmos a avaliação de cada área, veremos as possibilidades de desapropriação, compra ou utilização de outros instrumentos. Queremos fechar um diagnóstico bem feito para depois propormos as soluções para cada tipo de situação", explicou Aldrighi, ressaltando que o Incra tentará apresentar uma primeira proposta na reunião que ocorrerá no TJ/AL, no dia 24 de abril.

O desembargador Tutmés Airan, que está à frente da Coordenadoria de Direitos Humanos do Tribunal, também participou da reunião e destacou a importância da atuação conjunta do Judiciário com o Incra. "Não há como desalojar as cinco mil famílias. A ideia é que essas terras possam ser desapropriadas pela União e que essas pessoas possam ser devidamente e dignamente assentadas".

O fundamental, segundo o desembargador, é que o instituto finalize os levantamentos técnicos o mais rápido possível. "É preciso terminar esse trabalho e alocar os recursos. Soubemos, por meio do Incra, que o recurso existe, e que o Governo Federal está inteiramente disposto a resolver essa questão".



ASSESSORIA

Presidente do TJ/AL, Fábio Bittencourt, com administradores judiciais da Massa Falida da Laginha

VALORES

O Tribunal de Justiça de Alagoas também já informou, em fevereiro deste ano, que credores da Laginha Agroindustrial que ainda não enviaram seus dados bancários à Administradora Judicial da Massa Falida precisam estar atentos aos prazos.

O pagamento dos credores da Laginha já foi retomado pelo Tribunal de Justiça de Alagoas. O valor a ser pago deve ultrapassar R$ 1 bilhão.

O TJ/AL conta com uma ferramenta que possibilita o acompanhamento de todo o processo da Laginha Agroindustrial. No painel, há informações sobre os ativos e passivos da Massa Falida, custo operacional mensal, pagamentos a credores, contratos de arrendamento, decisões e despachos.

A União já recebeu R$ 810 milhões, e o Estado de Alagoas outros R$ 165 milhões.

Conselho da Magistratura aprova vitaliciamento de oito juízes



ASSESSORIA

Com a deliberação do Conselho da Magistratura, os magistrados passam a ser juízes de direito

EDITORIA DE POLÍTICA
COM ASSESSORIA

O Conselho Estadual da Magistratura aprovou, na terça-feira (1), o vitaliciamento de oito juízes. Os magistrados completaram dois anos de efetivo exercício no cargo e cumpriram todos os requisitos exigidos no estágio probatório.

A avaliação foi feita pela Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ). Foram vitaliciados Antônio Iris da Costa Júnior, Danilo Vital de Oliveira, Diego Cadore Pedroso, Veridiana Oliveira de Lima, Emanuel de Andrade Barbosa, Felipe Pacheco Cavalcanti, Pedro Campanholo Marques e Priscilla Emanuelle de Melo Cavalcante.

Todos foram aprovados no concurso de magistrados concluído pelo TJ/AL em 2021. Tomaram posse em janeiro de 2023 e vinham atuando como juízes substitutos. Agora, com o vitaliciamento, passam a ser juízes de direito.

A sessão foi conduzida pelo presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL), Fábio Bittencourt, que parabenizou os juízes vitaliciados.

"Que continuem com uma prestação jurisdicional célere e eficiente, pois é disso que o Judiciário e os jurisdicionados necessitam", afirmou o desembargador.

O órgão é formado ainda pelo vice-presidente da Corte, Carlos Cavalcanti, pelo corregedor Celyrio Adamastor e pelos desembargadores Fernando Tourinho e Domingos Neto. Os trabalhos do conselho são secretariados pela servidora Lavínia Teixeira.

AUDIÊNCIAS

A 1ª Vara da Comarca de Santana do Ipanema realizou, na terça (1) e quarta (2), audiências concentradas de sete processos de crianças e adolescentes abrigados na Casa do Menor São Miguel Arcanjo e na Casa de Acolhimento Regional Maria Nanete Oliveira Silva.

Previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as audiências foram conduzidas pelo juiz Marcelo Pimenta dentro das instituições de acolhimento.

As audiências são realizadas preferencialmente nos meses de abril e maio no primeiro semestre e visam acelerar a integração institucional e análise humanizada, contribuindo para redução do tempo de permanência de crianças e adolescentes em situação de acolhimento.

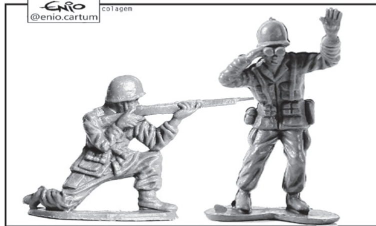
TIC TAC TIC TAC

POLÍTICA, ARTES, MEMÓRIAS: O TEMPO "RUGE"!

@eniolins.tribuna.com



NESTE MÊS, esta coluna tem como pauta principal o golpe militar de 1ª de abril de 1964. Menos pelo passado, mais pelo futuro, pois – no presente – a ideologia morta-viva que inspirou a quartelada há 61 anos está se bulindo com força, rebola na cova, frustrada e inquieta pela derrota da ação golpista de 8 de janeiro de 2023, em pânico por estar prestando contas à Justiça pela primeira vez em sua longa existência.



EM TERMOS HISTÓRICOS, reafirme-se a denominação correta: Golpe militar. Basta dessa lenga-lenga de "golpe militar, civil, empresarial, patriarcal..." e não sei mais o quê. O rótulo se põe pelo setor que comanda o processo. De 1964 a 1985 quem mandou foi a gandola, até na Anistia e na Abertura. Civis golpistas? Muitos, todos coadjuvantes. E o empresariado? Está em todas, seja na democracia, seja nas ditaduras, e participa até nos processos socialistas. Não nos afastemos do nó da questão.

ENTENDER OS MILITARES como se fossem algo unicelular é um mito. Essa fé cega na uniformidade corporativa é típica de uma fração que tenta forçar a maioria a ser solidária à minoria nalguma delinquência. É verdade que a ideologia da tropa é conservadora, e varia, dos praças até a alta oficialidade, em crescimento vertiginoso à direita. Quanto mais estrelas nas platinas (adereços sobre os ombros), mais à destra. Mas, mesmo no topo da pirâmide fardada, é significativo o número de oficiais profissionais, refratários ao envolvimento da tropa na política. As forças democráticas precisam dialogar com a caserna, como faz com qualquer outro segmento do serviço público, defendendo a cidadania, apontando os erros do militarismo e cobrando profissionalismo – mas sem acampar nos portões dos quartéis, por favor. O papel de vivandeira é privativo do extremo-bolsonarismo.

MILITARES DEMOCRATAS FORAM VÍTIMAS do golpe de 1964. Soldados que ousaram discordar da quartelada sofreram sob as patas da minoria fascistóide, tanto ou mais que a resistência civil. A violência foi usada sem moderação como método de enquadramento à voz de comando da banda podre. O primeiro cadáver produzido pelos militares golpistas não foi civil, mas um militar, o tenente-coronel aviador Alfeu Alcântara Monteiro. Exemplo de oficial legalista, no dia 4 de abril de 1964, foi metralhado dentro do QG do 5º Comando Aéreo Regional, no Rio Grande do Sul. Alvejado – pelas costas – com 16 projéteis disparados por um sobrinho do general Castelo Branco. Do chão, antes de morrer, teria conseguido acionar sua arma e ferir um dos oficiais golpistas. O tenente-coronel Alfeu foi o primeiro, mas não o único militar trucidado pelo golpe militar.

6.591 MILITARES PERSEGUIDOS pelo regime militar de 64: esta é a quantidade estimada nos levantamentos (ainda incompletos) da Comissão da Verdade, segundo reportagens da revista Superinteressante, publicadas em dezembro de 2019 e março de 2023. Detalha o Memorial pela Democracia: "entre 1964 e 1970 foram punidos pelo menos 1.487 militares: 53 oficiais-generais, 274 oficiais superiores, 111 oficiais intermediários, 113 oficiais subalternos e 936 sargentos, suboficiais, cabos, marinheiros, soldados e taifeiros. Novo surto de perseguição ocorreria nos anos 1980, no final da ditadura. De acordo com a Comissão Nacional da Verdade, entre 6.500 e 7.500 membros das Forças Armadas e das polícias militares foram perseguidos, presos, torturados ou cassados pela ditadura".

DEMONIZAR OS MILITARES em bloco é fazer o jogo da banda podre, mesmo desserviço prestado por quem os endeusa como coletividade una. O segmento militar precisa ser tratado – sem medo, nem preconceito – como todo grupo humano: diverso, contraditório. A questão central é que ninguém, fardado ou paisano, pode ficar acima da lei; nem pode jogar o jogo da política com uma arma em punho.

Decisão do STF não impacta universidades

Suspensão de repasses de emendas parlamentares alcançaria Ufal, Ifal, Uncisal e Uneal, que confirmam estar em dia com recomendações

THAYANNE MAGALHÃES
REPÓRTER

A decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, na terça-feira (1), que determinou a suspensão do repasse de emendas parlamentares para universidades e fundações de apoio em oito estados, não afeta o Instituto Federal de Alagoas (Ifal) nem a Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Ambas as instituições esclareceram que a medida é direcionada exclusivamente a instituições estaduais de ensino superior.

A decisão afeta as Instituições de Ensino Superior estaduais e suas Fundações de Apoio nas seguintes localidades: Acre, Alagoas, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rondônia e Sergipe.

Em contato com a reportagem da **Tribuna Independente**, o Ifal explicou que a decisão do STF não alcança a Rede Federal de Educação, da qual faz parte. O instituto também destacou que a União cumpriu as exigências estabelecidas pelo ministro Flávio Dino por meio da publicação da Portaria MEC nº 97, de 11 de fevereiro de 2025. "Desta forma, entendemos que a decisão em tela não atinge ao Ifal por fazer parte da Rede Federal de Educação, ente que está adimplente e cumpriu com as exigências da decisão da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, nº 854", informou o Ifal.

A Ufal também afirmou que não será impactada pela decisão, reforçando que a medida tem como alvo as universidades estaduais.

A decisão atinge os repasses das chamadas "emendas Pix", modalidade em que os recursos federais são transferidos diretamente para contas de órgãos locais, sem a necessidade de intermediação por ministérios. Segundo Dino, as universidades estaduais desses 8 estados descumpriram uma decisão anterior do STF que obrigava a adoção de regras mínimas de transparência na execução desses recursos.

Para a **Tribuna Independente**, a Uncisal afirmou por meio de nota que não recebeu nenhum repasse das emendas chamadas de RP8 e RP9 (Emendas PIX).

"Portanto, sobre a notícia referente à suspensão de repasse de emendas parlamentares para universidades e fundações de apoio em 8 estados, incluindo Alagoas, a Uncisal ratifica que não há qualquer repasse a ser bloqueado para a instituição", diz o texto.

Já a Uneal também informou não ter sido citada em relação a processo referente a "emendas Pix". "As emendas que a Universidade recebe são via convênio com o FNDE [Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação], seguindo todos os trâmites definidos pelo órgão. Por fim, a Uneal ratifica que não foi notificada. Além disso, esclarece que não possui nenhuma fundação vinculada à instituição".

ADAILSON CALHEIROS / ARQUIVO



Universidade Federal de Alagoas informou que a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre as emendas parlamentares não preocupa

De acordo com o ministro, mais de 6,2 mil planos de trabalho que deveriam ter sido cadastrados nos últimos três anos continuam sem registro, o que indica um "nível de desorganização institucional" na aplicação dos recursos. Dino concedeu um prazo adicional de 90 dias para que os dados sejam apresentados ao tribunal.

Ele ainda alertou que poderá determinar um novo bloqueio das emendas parlamentares em caso de descumprimento da ordem.

"Advirto que a não prestação de contas, no prazo fixado, implicará a configuração de impedimento de ordem técnica para a execução de emendas parlamentares, sem prejuízo da necessária apuração da responsabilidade dos agentes omissos", afirmou.

Em janeiro deste ano, o ministro já havia ordenado a edição de normas e diretrizes sobre a aplicação e a prestação de contas das emendas parlamentares. Até o momento, o Ministério da Educação e 12 unidades da federação cumpriram a determinação. Outros sete estados informaram que ainda estão adequando suas regras ou apresentaram documentos incompletos.

MP/AL aciona prefeitura para regularizar guarda municipal

EDITORIA DE POLÍTICA
COM ASSESSORIA

Agir dentro da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência. Esses princípios compõem o norte a ser seguido por todos os administradores públicos brasileiros. Detectada a irregularidade cometida pelo Município de Cajueiro, criando a Lei Municipal 627/2009 e incorporando ao cargo de guarda municipal os servidores com cargo efetivo de vigilante, o Ministério Público de Alagoas, por meio da Promotoria de Justiça da comarca, ajuizou ação civil pública para que a normativa seja declarada inconstitucional, dentro de um controle difuso, e que os profissionais retornem à função de origem.

De acordo com a ação, o Município de Cajueiro ao tomar tal decisão descumpre a Lei 13.022/2014 que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais. Com essa adaptação, ou transferência de cargo, o artigo 37, II da Constituição Brasileira que determina ser imprescindível a aprovação em concurso público com provas e provas de títulos para que se assuma cargo ou emprego público, exceto em relação aos cargos em comissão, está sendo totalmente infringido.

DIVULGAÇÃO



Ministério Público está atento à ausência de concurso público

Como se não bastasse a ilegalidade constatada, as guardas municipais em todo o país deixaram de ser apenas protetoras do patrimônio público e ganharam poder de polícia. Dessa forma, a preocupação do Ministério Público aumenta vista a necessidade de se ofertar um serviço de qualidade por pessoas capacitadas, conhecimentos técnicos e que atendam às expectativas cumprindo o que foi definido no Estatuto que respalda e guia a profissão.

Diante disso, o pedido é para que o Poder executivo municipal viabilize o retorno dos vigilantes de Cajueiro à função original no prazo determinado pela Justiça. E que, no mérito, em imediata obrigação de fazer, também com prazo determinado, realize concurso para provimento de vagas para o quadro da Guarda Civil Municipal.

Presidente da Câmara de Rio Largo não desiste de "cassar" o prefeito

Vereador entra com ação no Tribunal de Justiça para fazer valer decisão que retira Pedro Carlos do mandato

EMANUELLE VANDERLEI
COLABORADORA

O presidente da Câmara Municipal de Rio Largo, vereador Rogério Silva (PP) não desistiu de ocupar a cadeira de prefeito. Ontem (2), a Câmara solicitou ao Tribunal de Justiça que suspenda a liminar que havia reconduzido o prefeito Pedro Carlos (PP) e o vice-prefeito Peterson Henrique aos cargos.

Mesmo com a manifestação reiteradas vezes do prefeito e do vice-prefeito de que não teriam renunciado e nem têm interesse em renunciar, Rogério segue insistindo na validade de sua posse realizada na sessão extraordinária da última segunda-feira (31).

Na terça-feira (1), Rogério publicou uma nota de esclarecimento em seu perfil nas redes sociais desafiando o prefeito a provar que a assinatura na carta de renúncia não seria dele. Na postagem, o vereador expôs as cartas, e também documentos oficiais dos gestores, como diplomas universitários, reforçando a legitimidade da solenidade na Câmara de Rio Largo.

DIVULGAÇÃO



Presidente da Câmara de Rio Largo, Rogério Silva, garante que tem provas de que o prefeito Pedro Carlos autorizou a renúncia do mandato

Ontem (2), segundo notícias publicadas pelo jornalista *Berg Morais* e pelo portal *TNH1,* o parlamentar teria oficializado o posicionamento diretamente no Poder Judiciário. Alegando defender a autonomia do Legislativo Municipal, entrou com pedido de suspensão da liminar. Toda a argumentação, teria sido baseada no fato de que, para ele, a assinatura presente no documento não é falsificada. As cartas não teriam sido reconhecidas em cartório. Segundo informa a própria liminar, Pedro Carlos da Silva Neto (prefeito) teria aberto firma no cartório de Rio Largo no dia 11/12/2024, onde assinou no cartão de autógrafos o seu nome completo sem abreviações, diferente do que consta na carta de renúncia, onde a assinatura abrevia o Silva utilizando apenas um "S".

Ou seja, se a assinatura realmente é do prefeito, ele teria feito a carta em dezembro de 2024, antes mesmo de tomar posse como prefeito. Vale lembrar que a decisão liminar considerou não apenas as assinaturas presentes no documento, mas alguns fatos públicos que, segundo o juiz Guilherme Bohm, tornariam indispensável a confirmação direta com o prefeito.

"Tendo o prefeito se manifestado com tanta antecedência, e por diversos meios, sobre a possibilidade de ser apresentado um falso termo de renúncia (ou melhor, termos ideologicamente falsos), caberia à Câmara de Vereadores averiguar a sua autenticidade e a verdadeira vontade do titular do mandato eletivo, solicitando, inclusive, a sua presença na sessão legislativa, o que não foi feito".

A liminar comparou a data da suposta renúncia com o comunicado feito pelo prefeito às instituições.

"Ressalte-se, uma vez mais, que os supostos termos de renúncia contêm a data de 31/03/2025, mas bem antes disso o prefeito já havia comunicado à Câmara de Vereadores, ao Ministério Público, à Associação dos Notários e Registradores e à Autoridade Policial que não havia renunciado e que não renunciaria. Ou seja, sequer há a possibilidade de os impetrantes terem renunciado e se arrependido posteriormente, pois a suposta renúncia teria ocorrido (tendo em vista a data dos documentos) depois de manifestarem para todas as autoridades locais que não haviam renunciado e que não renunciariam".

No final da tarde de ontem, o jornalista *Kleverson Levy* publicou em seu blog de que havia um suposto áudio que seria entregue à justiça. O conteúdo, segundo as especulações, é de ameaças do ex-prefeito Gilberto Gonçalves contra o atual prefeito.

A assessoria do Tribunal de Justiça de Alagoas confirmou que houve movimentação no processo, mas até o fechamento desta edição não tivemos acesso aos detalhes.

Ministros decidem que é "inadmissível" revista íntima vexatória

EDITORIA DE POLÍTICA
COM AGÊNCIAS

O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu ontem (2), o julgamento do recurso que discute a validade da revista íntima em presídios. Os ministros consideraram que o procedimento feito de forma vexatória, para humilhar as pessoas, é inadmissível.

Os ministros também estabeleceram uma espécie de guia para a aplicação de suas conclusões.

Na revista íntima vexatória, proibida pelo STF, o visitante precisa ficar parcialmente ou totalmente nu e, por vezes, tem que se agachar e expor os órgãos genitais à observação de agentes penitenciários.

A revista íntima ainda pessoal pode ser feita, na impossibilidade de uso de equipamentos eletrônicos, por exemplo. Nestas situações, deverá ser motivada, depende da concordância do visitante e será feita preferencialmente por profissionais de saúde.

A chamada "tese" foi construída em consenso pelos ministros, com a participação de todos os magistrados na elaboração do texto. O resumo será aplicado em casos de revista íntima pelo país.

PONTOS

Os ministros diferenciaram o procedimento vexatório da revista íntima pessoal, que está dentro da legalidade, e pode ser feita em situações previstas no resumo de entendimentos.

A revista íntima feita em visitantes de presos de forma a humilhar as pessoas não é admissível. Provas obtidas com esta irregularidade não serão usadas em processos judiciais, a partir da decisão do Supremo. Já autoridades nos presídios podem impedir a visita se houver indícios robustos de que a pessoa tem itens irregulares consigo.

União e estados vão ter prazo de 24 meses para comprar equipamentos eletrônicos para fazer a revista nos visitantes.

A revista íntima — que não seja humilhante — poderá ser feita em casos excepcionais, de forma motivada em cada caso.

Além disso, o procedimento depende da concordância do visitante, deve ser feito em local adequado e apenas em pessoas maiores. A preferência é de que a revista seja feita por profissionais de Saúde. Se o visitante não concordar, as autoridades podem impedir a visita.

JULGAMENTO

O tema começou a ser julgado em 2020, em ambiente virtual. Na ocasião, um pedido de vista do ministro Dias Toffoli interrompeu a análise. Novo pedido de vista, desta vez do ministro Nunes Marques, adiou a deliberação em 2021.

O recurso voltou à pauta em maio de 2023, quando chegou a cinco votos pela proibição da revista íntima vexatória.

Seguiram, na ocasião, a posição do ministro Edson Fachin, relator do caso — o presidente Luís Roberto Barroso, as ministras Rosa Weber (aposentada), Cármen Lúcia e o ministro Gilmar Mendes.

A maioria foi alcançada em outubro do ano passado, com o voto do ministro Cristiano Zanin. Mas um pedido de destaque do ministro Alexandre de Moraes trouxe o caso para o plenário presencial.

Deputado federal propõe facilitações para pessoas com autismo

EDITORIA DE POLÍTICA
COM ASSESSORIA

Com o objetivo de ampliar os direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), o deputado federal Luciano Amaral (PV-AL) apresentou o Projeto de Lei PL 1075/2025. A proposta visa garantir a gratuidade de passagens aéreas para pessoas com TEA e seus acompanhantes, facilitando o acesso a tratamentos e promovendo maior inclusão social.

O deputado reforça a legislação vigente que assegura os direitos das pessoas com TEA. Ele lembra que, de acordo com a Lei nº 12.764/2012, no seu artigo 1º, parágrafo 2º, "a pessoa com Transtorno do Espectro Autista é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais".

ASSESSORIA



Projeto de Luciano Amaral propõe gratuidade em passagens aéreas para pessoas com autismo e acompanhantes

A iniciativa considera a necessidade de deslocamento frequente das pessoas com TEA para tratamentos médicos e terapias especializadas, muitas vezes localizados em cidades distantes. O transporte aéreo, além de reduzir significativamente o tempo de viagem, minimiza impactos sensoriais que podem desencadear crises em indivíduos do espectro autista. "Viagens longas em outros meios de transporte podem ser extremamente desgastantes devido às hipersensibilidades sensoriais e dificuldades de adaptação a ambientes desconhecidos, características comuns no transtorno.", comenta o autor da iniciativa.

O projeto também destaca o impacto financeiro que as despesas com passagens aéreas representam para muitas famílias de pessoas com TEA, que já enfrentam altos custos com saúde, terapias e assistência especializada. A proposta se alinha a outras políticas públicas de gratuidade no transporte, como o passe livre para pessoas com deficiência no transporte coletivo interestadual, reforçando o compromisso com uma sociedade mais acessível e inclusiva.

Luciano Amaral enfatiza que a aprovação da iniciativa será um marco na promoção da equidade e na garantia de direitos para pessoas com autismo. "Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei, que representa passo significativo na direção de uma sociedade mais inclusiva e acessível para as pessoas com autismo."

Vale Verde é vendida a grupo chinês por US$ 420 milhões

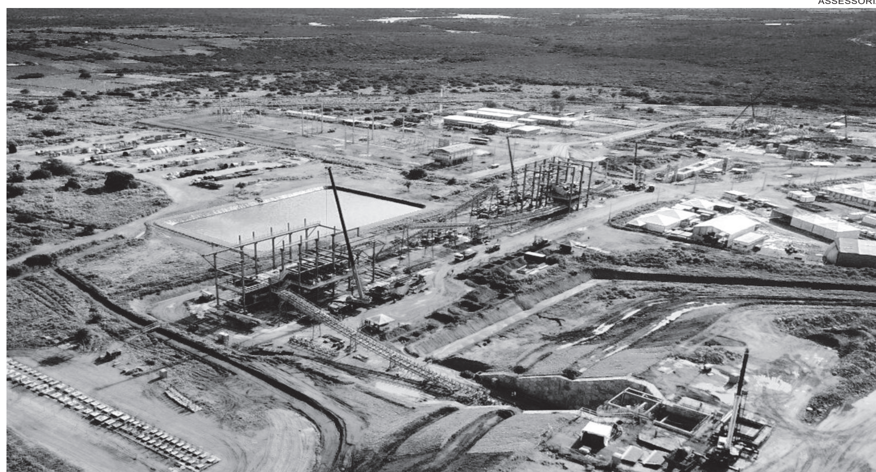
Informação foi divulgada ontem pela assessoria da mineradora, que faturou em 2024 cerca de R$ 6 bilhões

RICARDO RODRIGUES
COLABORADOR

A Mineradora Vale Verde (MVV) foi vendida a um grupo chinês por US$ 420 milhões, algo em torno de R$ 2,352 bilhões, na conversão do dólar valendo R$ 5,60. A informação foi confirmada ontem pela assessoria de comunicação da MVV. Considerado um "negócio da China", a venda da mineradora foi anunciada, na grande mídia, pelo grupo britânico Appian Capital Advisory LLP, que adquiriu a mineradora em 2018 do grupo canadense.

Segundo a assessoria de imprensa da Appian, a venda da MVV, localizada no município de Craíbas, no Agreste de Alagoas, para o grupo chinês Baiyin Nonferrous foi considerada um sucesso. A operação, no valor de US$ 420 milhões, abrange 100% do capital da mineradora MVV, que passa agora a ser gerida pela Baiyin. A negociação foi estruturada em base livre de caixa e dívidas.

A Mineração Vale Verde é a única mineradora instalada em Alagoas que explora minério de cobre e foi responsável por inserir Alagoas no mapa das exportações e garantir laços sólidos com diversos países. A China aparece como a maior parceira comercial da empresa, que desde o início de suas operações já enviou 18 envios de minério de cobre para o país asiático.


ASSESSORIA
Considerado um "negócio da China", mineradora que explora minério de cobre em Craíbas passa agora a ser gerida pela Baiyin Nonferrous

De acordo com Michael W. Scherb, fundador e CEO da Appian, a transação reforça a capacidade do grupo inglês em identificar ativos subvalorizados e aplicar expertise técnica para otimização e valorização. A venda representa a 13ª transação do grupo britânico no setor de mineração global.

"Esta transação reforça a capacidade da Appian de identificar ativos promissores muitas vezes subvalorizados e aplicar nossa expertise técnica interna para potencializá-los e otimizar seu valor para nossos investidores. Ela destaca o posicionamento estratégico do portfólio da Appian, que visa atender à crescente demanda por um fornecimento seguro e confiável de minerais críticos de alta qualidade" afirmou Michael W. Scherb, em entrevista à mídia especializada.

Mesmo após a venda, a Appian seguirá fornecendo suporte operacional para garantir a transição e a integração da MVV à nova controladora. A Baiyin reafirmou seu compromisso com as práticas ESG e padrões de segurança implementados pela Appian, que tornaram a operação uma referência no setor.

A sigla ESG vem do inglês *Environmental, Social and Governance*, traduzindo para o português significa "Ambiental, Social e Governança".

ESTUDO DE VIABILIDADE

Após a compra da mineradora, a britânica Appian concluiu um Estudo de Viabilidade Definitivo (DFS) revisado, baseado em sua visão interna de um projeto reestruturado desenvolvido durante o processo de diligência (*due diligence*). Isso incluiu a redução da capacidade de processamento da planta e o foco na operação de uma seção de recursos de maior teor, com uma relação estéril-minério mais baixa.

Essas mudanças resultaram em um orçamento de CAPEX inicial reduzido para US$ 243 milhões, em comparação com os US$ 420 milhões previstos no plano original da mina, além de menores custos operacionais ao longo da vida útil do ativo.

Já a chinesa Baiyin Nonferrous, fundada em 1954, atua na mineração e fundição de metais não ferrosos e possui operações na China, África do Sul e Peru. No mercado doméstico, a empresa é proprietária e opera minas e fundições nas províncias de Gansu, Shaanxi, Mongólia Interior e outras regiões.

Sua capacidade produtiva inclui 400 mil toneladas por ano de cobre, além de operações de ouro, prata, chumbo e zinco.

Mais 300 mil toneladas de concentrado de cobre já foram exportadas de Alagoas

A Mina Serrote da MVV é responsável por inserir Alagoas no mapa das exportações internacionais de minério de cobre, se tornando um importante produto na balança comercial do estado.

Desde o início de suas operações, a MVV já exportou mais 300 mil toneladas secas (dmt) de concentrado de cobre, totalizando 29 embarques já contando com o realizado este mês.

Além da China, a Finlândia aparece como o segundo mercado importador do minério de cobre alagoano, com nove envios por meio do Porto de Maceió, seguido de uma operação para a Índia e outra para a Polônia.

De acordo com informações do Porto de Maceió, nos últimos quatro anos, a exportação de minério de cobre chegou a mais de 320 mil toneladas. Como a MVV é a única produtora de minério de cobre em Alagoas, com certeza essa produção exportada é toda dela, segundo informações da Administração do Porto.

Se os números não batem, levantam suspeita de sonegação de imposto. Já que a empresa divulgou que produziu no ano passado cerca de 70 mil toneladas de minério de cobre, quando na movimentação de cargas do Porto de Maceió aparece uma produção exportada de 103.447 toneladas, cerca de 33 mil toneladas a menos que a produção divulgada pela empresa.

Caso os números tenham sido manipulados configura um escândalo sem precedentes, já que o faturamento da MVV – com uma produção média anual em torno das 100 mil toneladas – ultrapassa a casa dos R$ 6 bilhões, com um dólar valendo R$ 5,60.

Para o matemático Tancredo Barbosa, morador de Craíbas, caso a MVV esteja subestimando a sua produção ou maquiando os dados, isso reflete no pagamento de impostos e pode configurar sonegação. "Uma coisa é pagar uma carga tributária de uma produção de 70 mil toneladas de minério de cobre, outra é calcular o pagamento de impostos sobre uma produção de 103 mil toneladas", argumenta Barbosa.

Segundo ele, os números também não batem com relação ao preço da venda da MVV para o grupo chinês. "Como uma mineradora que fatura cerca de R$ 6,1 bilhões ao ano, é vendida por pouco mais de R$ 2,3 bilhões? Se o preço comercializado foi esse mesmo, com certeza, para o grupo chinês, foi um negócio da China", concluiu.


ASSESSORIA
Exploração de minério de cobre coloca Alagoas no mapa da exportação para vários países

MANUTENÇÃO

Desconfianças à parte, uma coisa é certa, depois que a Tribuna Independente divulgou a produção da mineradora, na terça-feira (1), a página do site do Porto de Maceió, com os dados da exportação de minério de cobre, foi retirada do ar.

No entanto, a administração do porto negou qualquer pedido da mineradora para o apagamento dos dados e disse que a página foi retirada da internet para manutenção e que nos próximos dias estará de volta ao ar.

No site, no lugar dos dados sobre movimentação de cargas, há um aviso: "Página em manutenção. Informações detalhadas sobre indicadores operacionais e movimentação de cargas no Porto de Maceió em breve". **(R.R.)**


DIVULGAÇÃO
A Appian Capital Advisory é gestora de fundos com foco em mineração

Veja mais sobre empresas envolvidas no negócio

A Appian Capital Advisory é uma gestora de fundos de capital privado com foco em mineração e metais, com sede em Londres e presença no Brasil desde 2018. No Brasil, atua também com os ativos Atlantic Nickel e Graphcoa, mantendo compromisso com o desenvolvimento regional e práticas socioambientais de excelência.

Em 2018, a Appian adquiriu a Mina Serrote da MVV, que era de propriedade da Aura Minerals – uma mineradora canadense com foco na exploração, desenvolvimento e operação de projetos de ouro, cobre e outros metais nas Américas

Na época da aquisição, com apenas dez funcionários, o fundo britânico identificou na operação alagoana um projeto de cobre raro, pronto para construção, com significativos subprodutos de metais preciosos, que poderia se beneficiar de sua estratégia de arbitragem técnica e desenvolvimento de ativos.

SOBRE O BAIYIN

O Baiyin Nonferrous atua na mineração, fundição, processamento e comércio de diversos metais não ferrosos na China. Fundado em 1954, o Baiyin Nonferrous possui operações na China e no exterior. No mercado doméstico, a empresa é proprietária e opera minas e fundições nas províncias de Gansu, Shaanxi, Mongólia Interior e outras regiões. Suas operações internacionais incluem o Gold One Group, na África do Sul, e a Minera Shouxin, no Peru.

Globalmente, o Baiyin Nonferrous tem uma capacidade produtiva de 400 mil toneladas por ano de cobre, 400 mil toneladas por ano de chumbo e zinco, 15 toneladas por ano de ouro e 500 toneladas por ano de prata.

SOBRE A MVV

A MVV atua nas atividades de exploração, mineração, beneficiamento e comercialização do concentrado de cobre, em Craíbas. Até então, a mineradora integrava a Appian Capital Brazil, fundo de investimentos privados especializado em mineração e metalurgia, que é a representante no país do grupo Appian Capital Advisory, fundo de investimentos britânico.

Recentemente, a MVV conseguiu autorização da Agência Nacional de Mineração (ANM) para explorar minérios de cobra em 48% do território de Craíbas. Com isso, caso a produção continue crescendo, a mineração ameaça varrer a cidade do mapa. A mineradora nega esse risco.

"O compromisso da MVV é trabalhar de forma segura, respeitando o meio ambiente e as comunidades, investindo em iniciativas que contribuem para o desenvolvimento do território", afirmou a assessoria de comunicação. **(R.R.)**

TRIBUNA INDEPENDENTE

Endereço Comercial: Empresarial Humberto Lôbo
Av. Menino Marcelo - 9.350- Serraria
Maceió - Alagoas - CEP: 57.083.410
CNPJ: 08.951.056/0001 - 33

UM PRODUTO:
JORGRAF
Cooperativa dos Jornalistas e Gráficos do estado de alagoas



PRESIDENTE
José Paulo Gabriel dos Santos
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
Flávio Peixoto
EDITOR GERAL
Ricardo Castro
DIRETORA COMERCIAL
Marilene Canuto

TELEFONE:
82.3316.5855

OS ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES. NÃO REPRESENTANDO, NECESSARIAMENTE, A OPINIÃO DESTE JORNAL.

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

Projeção de crescimento do PIB

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou,, a Visão Geral da Conjuntura, uma análise do desempenho da economia brasileira. O Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea manteve a projeção de crescimento do produto interno bruto (PIB) brasileiro de 2,4% para 2025.

Fatores como o ciclo de aperto monetário iniciado pelo Banco Central em setembro de 2024, aliado a um impulso fiscal mais contido e ao aumento da percepção de risco fiscal, sugerem um crescimento econômico menos vigoroso ao longo de 2025 do que em 2024. Tal cenário, marcado por incertezas que elevaram taxas de juros, pressionaram os preços dos ativos e desvalorizaram o real, tende a moderar o crescimento real da renda das famílias, especialmente diante de uma trajetória menos favorável dos índices de preços, como no setor de serviços.

Pela ótica da produção, o Ipea prevê uma alta de 0,8% para o setor de serviços, na comparação dessazonalizada, com crescimento de 2% sobre o primeiro trimestre de 2024. Mesmo com o ritmo mais moderado, o Ipea espera que os serviços continuem como um dos principais motores de crescimento do PIB, acumulando altas de 1,9% para 2025 e 2026.

A previsão para a indústria é de avanço de 0,3% na margem, com alta de 2,5% em termos anuais no primeiro trimestre. Espera-se que o PIB industrial registre uma expansão de 2,1% e 2% para 2025 e 2026, respectivamente. Apesar dos efeitos da política monetária e da trajetória ainda pressionada dos preços ao produtor, a indústria de transformação deve exibir certa resiliência, impulsionada pela demanda interna, enquanto componentes mais exógenos, como as indústrias extrativas, tendem a contribuir positivamente.

Em relação à produção agrícola, com base nas projeções para o resultado da lavoura em 2025, divulgadas pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os modelos do Ipea apontam para um crescimento de 7% do PIB agropecuário em 2025, com altas de 9,1% na margem e de 10,5% em termos anuais no primeiro trimestre. Para 2026, a projeção é de expansão de 2,3%.

Billo

DEPUTADOS: ALAGOAS PODERÁ PERDER.



Fim do Perse: custo da insegurança jurídica



SYSLEY SAMPAIO
Advogado tributarista

Em março de 2025, a Receita Federal anunciou que o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), instituído pela Lei nº 14.148/2021, terá seu fim decretado em abril deste ano.

O motivo? O teto de R$ 15 bilhões em incentivos fiscais, fixado pela Lei nº 14.859/2024, estaria supostamente próximo de ser atingido.

A decisão, porém, ignora o prazo original de 60 meses — que garantiria isenções até fevereiro de 2027 — e escancara uma postura do governo que, mesmo diante de recordes históricos de arrecadação em 2024, opta por sacrificar o contribuinte e os setores mais vulneráveis em nome de um suposto equilíbrio fiscal.

O Perse nasceu como uma tábua de salvação para o setor de eventos, devastado pela pandemia de Covid-19.

Empresas de turismo, cultura, hotelaria e gastronomia, que amargaram quedas de faturamento superiores a 50% entre 2019 e 2020, receberam a promessa de isenção de tributos federais (PIS, Cofins, CSLL e IRPJ) por cinco anos.

Esse horizonte de 60 meses foi planejado para dar estabilidade a um setor que depende de investimentos de longo prazo para se reerguer. Empresas contrataram, investiram em infraestrutura e reabriram portas confiando na palavra do legislador.

Agora, com o fim abrupto em abril de 2025, esse planejamento vira pó, e a carga tributária volta a pesar sobre quem mal começou a respirar.

Em 2024, o governo federal celebrou uma arrecadação tributária recorde, superando todas as expectativas.

Segundo dados da própria Receita Federal, o aumento da carga tributária e a recuperação econômica impulsionaram os cofres públicos a níveis nunca vistos, com crescimento real na casa de dois dígitos em relação a anos anteriores.

O direito adquirido, assegurado pelo art. 5º, inciso XXXVI, é ignorado, como se o compromisso assumido pelo Estado com o setor de eventos fosse descartável.

E o princípio da anterioridade tributária (art. 150, III), reforçado por decisão do STF em março de 2025, é violado ao se impor a volta imediata dos tributos sem o prazo mínimo de 90 dias ou o início do próximo exercício fiscal.

A extinção antecipada do Perse, que já está sendo questionada judicialmente por empresas que, com razão, alegam prejuízos concretos após investirem com base no prazo original.

Há fundamentos sólidos para isso: o STF já reconheceu, em casos semelhantes, que incentivos fiscais por prazo certo geram direitos subjetivos, protegidos contra alterações arbitrárias.

Liminares para suspender o fim do benefício em abril de 2025 são uma possibilidade real, e, no mérito, decisões favoráveis às empresas podem obrigar o governo a cumprir os 60 meses ou até indenizar os afetados.

O homem está incomodado

MARCOS ANTONIO DANTAS DE OLIVEIRA
Mestre em Desenvolvimento Sustentável e professor da Uneal

O processo compulsório e coercitivo de um Estado que atua ausente de suas funções básicas: proteger à vida, à liberdade e à propriedade; que arrecada muito imposto e o distribui mal, por exemplo, ao prestar serviços de má qualidade, ineficientes e caros, de educação, de saúde, de saneamento básico (+50% da população não o tem), de segurança pública e jurídica afetam severamente às preferências temporais, individual e coletiva, hedônica ou eudemônica, hoje e amanhã, de homens e mulheres, crianças, jovens e adultos, principalmente, de beneficiários da Lei 11.326/2006; essa ação estatal contínua, por anos a fio, gera aumento da desigualdade econômica e social.

Pensar e agir são necessidades naturais dos indivíduos, independentes de sua pouca riqueza e renda privadas; da manutenção de suas lógicas familiares; de suas relações de compadrio; e de políticas públicas que degradam biótopos, biótipos, biomas, pela carência de alimentos, vestuário, renda, moradia, educação. Não conseguem acumular a renda do capital e sequer acumulou a renda do trabalho, empobrecem. Riqueza é "o valor total, a preços de mercado, de tudo que os residentes e o governo de um país possuem num determinado momento e que possa ser comprado e vendido em algum mercado" (Piketty, 2014). Essas pessoas estão entre os 50% da base da distribuição de renda na pirâmide social (Conceito Estatístico do Décimo) – Não realizam suas preferências temporais.

Logo, a política de desenvolvimento sustentável requer que o indivíduo exercite sua liberdade para acessar e usar os recursos naturais e os bens e serviços funcionais, convenientes e confiáveis a preços correntes, em sua unidade: familiar, produtiva, social e geográfica. Sobretudo por participar, acompanhar e avaliar o PPA, a LDO e a LOA, federal, distrital, estadual e municipal. Esse processo necessita de estratégias que garanta que as diretrizes e a execução de programas, ações e projetos construam uma visão de futuro salvaguardada pelo Estado de Direito ¬– "significa que todas as ações do governo são regidas por normas previamente estabelecidas e divulgadas – as quais tornam possível prever com razoável grau de certeza de que modo a autoridade usará seus poderes coercitivos em dadas circunstâncias, permitindo a cada um planejar suas atividades individuais com base nesse conhecimento", diz Hayek (2010).

Que guiado pela ordem espontânea e suas normas de conduta justa alavancam o Desenvolvimento Sustentável – quando o indivíduo baseado em seu julgamento de valor e propositalmente em cooperação com outros criam uma organização numa ordem espontânea e ampliada e em pleno Estado de Direito, uma ideia de negócio, utilizam suas capacidades organizacionais para preservar e usar com eficiência os fatores de produção e tributos; transformando -os com eficácia em bens e serviços funcionais, convenientes e confiáveis, satisfazem suas preferências temporais, individual e coletiva, para bem viver seus valores, razão, propósito, autoestima e ética.

Porquanto, "não importa quão sejam primitivas as suas ações, ele precisa projetá-las no futuro e pesar as consequências; o que requer um processo conceitual". "A escolha do homem não é se ele precisa de uma visão abrangente da vida, mas apenas se sua visão é verdadeira ou falsa. Se ela for falsa, isso o leva a agir como seu próprio destruidor" (Rand, 2019).

Nalgum momento, o indivíduo ético tem liberdade de decisão e voluntariamente em observância de uma regra assegura seus juízos de valor e suas preferências temporais, individual e coletiva, hedônica e eudemônica, hoje e amanhã. É vital que estas preferências se realizem num mercado concorrente e num governo transparente e limitado em suas ações sobre lei, ciência, progresso, cultura e bem viver.

Então, eis o homem, como bem diz, Frédéric Bastiat (2010) – "foi pelo fato de a vida, a liberdade e a propriedade existirem antes que os homens foram levados a fazer as leis".

O off de Brizola



AQUILES LINS
Jornalista

O dia de sol no Rio de Janeiro já estava começando a chegar ao fim, quando o fotógrafo Antonio Augusto Fontes deixou a redação da Istoé para acompanhar o chefe da sucursal da revista no Rio, o saudoso jornalista Mauricio Dias, que nos deixou em 2024, numa entrevista com Leonel Brizola. O ano era 1982. O ex-governador gaúcho, cassado pela ditadura militar no golpe de 1964, retornara ao Brasil havia dois anos, após um exílio de 15 anos imposto a ele pelos militares. A pauta principal da entrevista era a candidatura de Brizola a governador do Rio.

Antonio lembra-se como hoje. Os dois pararam o carro na rua Doutor Julio Otoni, no bairro de Santa Teresa, e entraram num casarão amplo, que funcionaria como comitê de campanha. Começou a entrevista. O jornalista Mauricio Dias inquiria Brizola sobre os planos dele para o Rio de Janeiro, sobre a situação política do Brasil, que ainda vivia sob a ditadura militar que Brizola tanto combateu.

Antonio sempre teve o perfil de trabalhar quase imperceptível e ali estava interessado em captar um gesto, uma articulação facial de Brizola que rendesse a foto de capa da matéria. Além do talento profissional, contava com uma câmera Pentax e uma lente de 50 milímetros. Brizola ajudou no trabalho de Antonio. Enquanto defendia suas ideias e respondia aos questionamentos de Mauricio, o líder trabalhista gesticulou, apontou o dedo, franziu o cenho, sorriu. Com isso deu sua missão por cumprida e aguardou o final do diálogo. Ambos já se aprontavam para sair, quando Brizola pega no braço de Mauricio e diz: "Já acabamos a entrevista, agora eu vou te contar uma informação em off", disse ele.

Mauricio demonstrou interesse. Com o acúmulo no jornalismo, sabia que era bem comum o lead da entrevista aparecer já no final, nos acréscimos do contato com a fonte. Mas consentiu em não publicar o que ouviria a seguir e sentou-se. E então Brizola começou a contar como se tornou um dos alvos da Operação Condor, uma aliança clandestina firmada entre as ditaduras militares da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai e Bolívia, entre os anos 1970 e 1980, com o objetivo de reprimir, perseguir, sequestrar e assassinar as principais lideranças políticas da região, consideradas "subversivas".

"Fui alertado por amigos militares do Uruguai que o regime militar brasileiro estava interessado na minha morte", disse. Brizola contou à dupla de repórteres que a prometida abertura para a redemocratização só aconteceria depois de eliminados os principais líderes políticos daquele momento. Os três principais líderes da Frente Ampla, um movimento de resistência ao regime militar de 1964, Juscelino Kubitschek, João Goulart e Carlos Lacerda, haviam morrido em circunstâncias no mínimo suspeitas. Os três líderes da Frente Ampla morreram em datas muito próximas - Juscelino em agosto de 1976, vítima de acidente de carro; João Goulart em dezembro de 1976, vítima de parada cardíaca; e Carlos Lacerda em maio de 1977, vítima de infarto. Nunca foi comprovada a conexão entre as três mortes. No entanto, a Comissão Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos reabriu em fevereiro deste ano um inquérito para apurar as circunstâncias da morte de JK. Com os três líderes mortos, Brizola era um "cabra marcado para morrer".

Impassível, Antonio escutou o líder trabalhista contar que deixou o Uruguai em 1977 e surpreendeu a todos ao pedir asilo político nos Estados Unidos, onde encontrou apoio na política de defesa dos direitos humanos do governo de Jimmy Carter (1977-1981). Por ironia do destino, dezoito anos antes, em 1961, Brizola era monitorado pelos agentes da CIA por liderar o que ficou conhecido como a Rede da Legalidade, uma operação de resistência militar e civil após a queda de Jânio Quadros para garantir que João Goulart assumisse como presidente do Brasil. Esta medida retardou por dois anos o Golpe de 1964.

Documentos da CIA atestam a vigilância estadunidense sobre Brizola: "Durante a semana de 27 de agosto, o presidente comunista da China, Mao Tsé-Tung, e o primeiro-ministro Fidel Castro de Cuba ofereceram apoio material, incluindo 'voluntários', a Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, que liderava a luta no Brasil para garantir a sucessão à presidência do vice-presidente João Goulart após a renúncia do presidente Jânio Quadros. Brizola não aceitou a oferta, embora tenha apreciado o apoio moral, porque não quis 'criar um assunto internacional' na crise política do Brasil", diz o documento da CIA. Brizola permaneceu nos EUA até pouco antes do seu retorno ao Brasil em 1979, com a aprovação da Lei da Anistia.

De lá para cá, a ditadura foi definhando, enquanto Brizola seguiu vivíssimo. Foi eleito governador do Rio de Janeiro em 1982, continuou fazendo história, foi novamente eleito governador fluminense em 1991, disputou a presidência da República em 1989 e 1994, e como vice-presidente ao lado de Lula em 1998, impôs a maior derrota a Roberto Marinho com o antológico direito de resposta lido por Cid Moreira no Jornal Nacional, e desde 2015 repousa entre os herois da Pátria Brasileira. Brizola é um ícone da resistência dos trabalhadores, da defesa da soberania nacional, da educação como motor transformador de uma nação.

43 anos depois, Antonio Augusto Fontes trouxe a este colunista esse fragmento da história de Brizola, que nos ensina a não cometer o mesmo erro diante de ameaças de militares sobre a democracia brasileira.

Eufrázio

Trump impõe 10% de tarifas ao Brasil

Presidente dos Estados Unidos anuncia que taxas para China e União Europeia serão 34% e 20%, respectivamente

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou, ontem, um “tarifaço” global, elevando os impostos de importação nos Estados Unidos, incluindo 10% de alíquota para o Brasil. O ato de assinatura do decreto que institui o “tarifaço” reuniu autoridades e jornalistas no Rose Garden da Casa Branca.

“Em alguns momentos, assinarei uma ordem executiva histórica instituindo tarifas recíprocas em países por todo o mundo. Recíprocas: isso significa que eles fazem isso conosco e nós fazemos isso com eles. Muito simples. Não tem como ser mais simples do que isso”, declarou o presidente Trump, aos jornalistas e autoridades presentes no ato.

“Vamos fazer nosso país rico novamente. Hoje é um dia histórico, é a nossa declaração de independência econômica “, afirmou.

Enquanto fazia seus comentários, Trump ergueu uma cópia de um relatório do governo intitulado “Barreiras ao Comércio Exterior”, estampado com o selo presidencial.

Trump também leu uma tabela de países e tarifas, na qual consta 10% de taxa para produtos brasileiros.

Além do Brasil, ele também deu exemplos das taxas que os EUA cobrarão de outros países, entre eles 34% para os produtos importados da China e 20% para a União Europeia.

TARIFAS RECÍPROCAS

Chamado de tarifaço, as tarifas recíprocas foram anunciadas logo após a posse de Trump, em 20 de janeiro.

Em fevereiro, Trump anunciou a cobrança de algumas tarifas, mas não especificou as alíquotas ou cálculos. Na última semana, ele afirmou que incluiria todos os países nas tarifas e que estaria aberto a fazer acordos.

Na ocasião, ao afirmar que estudaria a implementação do mecanismo, Trump acusou o Brasil de taxar injustamente o etanol que entra no país.

Até hoje, o principal impacto da gestão Trump para o Brasil veio da decisão de começar a aplicar, em 12 de março, uma taxa de 25% sobre todas as importações de aço e alumínio.

A expectativa do mercado global era muito grande em relação a esse anúncio, principalmente porque o presidente americano passou a chamar esse 2 de abril de “dia da libertação”. Segundo ele, a conjunto de taxas libertará os Estados Unidos de produtos estrangeiros. Conforme anunciado, a partir desta quinta-feira (3), os Estados Unidos também adotarão uma tarifa adicional de 25% sobre os automóveis e autopeças fabricados no exterior.

REPRODUÇÃO

Trump já havia taxado o alumínio e aço em 25% e agora estabelece 10% para os produtos brasileiros

KAYO MAGALHÃES / CÂMARA DOS DEPUTADOS



Câmara dos Deputados agiu rápido e autorizou o Poder Executivo a adotar medidas contra tarifaço

Câmara aprova projeto que autoriza medidas contra tarifas

Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2088/23, que permite ao Poder Executivo adotar contramedidas a países ou blocos econômicos que criarem medidas de restrição às exportações brasileiras, sejam de natureza comercial (sobretaxas) ou de origem do produto (de área desmatada, por exemplo). O projeto agora será votado vai para sanção presidencial. Segundo o texto aprovado no Senado, as exigências estrangeiras de que produtos nacionais cumpram requisitos ambientais mais rígidos do que as proteções brasileiras, por exemplo, podem gerar imposição de taxas nas importações brasileiras de bens estrangeiros.

O deputado Zé Neto (PT-BA) afirmou que o Senado deu um bom exemplo ao deixar disputas ideológicas à parte. “É um exemplo dado pelo Senado, votando unanimemente pela reciprocidade contra qualquer país que agir de forma abrupta e inconsequente nos tratados comerciais e gerar para o Brasil prejuízos com taxações inadequadas”, disse.

Para o deputado Afonso Motta (PDT-RS), a proposta está em um contexto global em que todos os países estão preocupados com a nova conjuntura criada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Segundo o líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE), o projeto protege o Brasil nas relações comerciais com o mundo. “Ele é um projeto republicano que diz respeito à soberania e aquilo que o Brasil tem de bom para oferecer ao mundo”, declarou.

“PATRIOTA”

Bolsonaro apoia tarifaço contra produtos brasileiros exportados

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) manifestou ontem apoio ao “tarifaço” do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em mensagem no X, horas antes do anúncio das novas tarifas do governo americano, no chamado “Dia da Libertação”. Bolsonaro, que se diz aliado de Trump, aproveitou o tema para criticar o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Bolsonaro prosseguiu, afirmando que Trump “está apenas protegendo o seu país deste vírus socialista” e que “dobrar a aposta e escalar a crise” com segundo maior parceiro comercial do Brasil “não é uma resposta sábia”.

O governo Lula tem apostado em negociações, mas os resultados ainda são incertos. Ontem, o Senado aprovou por unanimidade o projeto da Reciprocidade, que autoriza o governo brasileiro a impor medidas comerciais contra países que imponham barreiras aos produtos do Brasil no mercado global, como a dos EUA.

Bolsonaro disse ainda que, em 2019, quando estava na Presidência, teve sucesso ao negociar com o homólogo americano no momento em que os EUA impunham tarifas sobre o aço. Segundo o ex-presidente, as taxações não foram aplicadas ao produto brasileiro “graças ao diálogo” com Trump. “Eu apostei na diplomacia, não no conflito”, afirmou. Ele acrescentou que sua gestão também reduziu tributos de mais de 4 mil itens, “resultando em arrecadação recorde aos cofres públicos”.

POSTURA DO GOVERNO LULA

O governo brasileiro estuda formas de reagir à política comercial dos EUA. O Palácio do Planalto avalia alianças com outros países ou blocos econômicos para minimizar impactos. Inicialmente, a estratégia será diplomática, evitando retaliações imediatas.

BOLSONARO

Moraes determina prisão de sobrinho do ex-presidente

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou, ontem a prisão preventiva de Leonardo Rodrigues de Jesus, conhecido como Léo Índio e primo dos filhos mais velhos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Ele é réu por participação nos atos antidemocráticos que vandalizaram as sedes dos Três Poderes, em Brasília, em 8 de janeiro de 2023 A decisão de Moraes atende a uma solicitação do procurador-geral da República, Paulo Gonet, feita também nesta quarta.

Léo Índio deixou o Brasil há 23 dias rumo à Argentina. Ele chegou a conceder uma entrevista no dia 26 de março à rádio Massa FM, de Cascavel (PR). Naquele dia, ele afirmou que pediu asilo na Argentina por “perseguição política”. Ao realizar o pedido ao STF, Gonet lembrou que foi solicitado o cancelamento de todos os passaportes de Léo Índio após ele se tornar réu por participação nos atos antidemocráticos. Ao se evadir para a Argentina, Leonardo Rodrigues de Jesus deliberadamente descumpriu medida cautelar alternativa à prisão, a evidenciar sua insuficiência, o descaso com a aplicação da lei penal e desrespeito às decisões emanadas pelo Supremo Tribunal Federal”, argumentou o procurador-geral.

ALLAN MAX / ASCOM CSA



CSA não conseguiu suplantar a defesa tricolorida no primeiro jogo da seletiva, realizado em Maceió

COPA DO BRASIL

CSA e CSE empatam no primeiro jogo da seletiva

JÚNIOR DE MELO
EDITOR DE ESPORTES

Ninguém é de ninguém. CSA, terceiro no Alagoano, e CSE, campeão da Copa Alagoas, deram início à disputa da seletiva da Copa do Brasil de 2026 ontem, no confronto de ida e empataram sem gols. Em partida disputada no Estádio Rei Pelé, as equipes não conseguiram sair do zero, deixando a confirmação da vaga em aberto.

Com o placar zerado, a definição do classificado entre CSA e Tricolorido Palmeirense será apenas na volta; em caso de novo empate, decisão será na disputa por pênaltis, enquanto quem vencer fica com a classificação. Os times voltam a se enfrentar no confronto decisivo, no próximo domingo (6), às 17h, no Estádio Juca Sampaio.

O duelo começou truncado, mas com o CSA fazendo valer o fator casa e pressionando. A primeira boa chance foi de Brayann, que limpou a marcação na frente da área do CSE e mandou uma bomba no ângulo, porém Jeferson espalmou. Pouco depois, Camacho cruzou na área e Marcão escorou para Igor Bahia desviar na pequena área, parando no goleiro; na sobra, Brayann bateu na rede pelo lado de fora. Tiago Marques e Vidal também tentaram, contudo não foram eficientes na finalização.

Na volta para a etapa final, as equipes voltaram sem mudanças, entretanto o panorama do jogo foi de mais equilíbrio e menos chegadas ao campo ofensivo. Durante todo o segundo tempo, os times seguiram sem criatividade e com pontaria descalibrada, o que deixou a torcida azulina revoltada; a única oportunidade clara veio no fim e a favor do CSA: Igor Bahia recebeu dentro da área do CSE, girou e bateu forte, parando no camisa 1 tricolor, responsável por garantir o amargo empate sem gols.

Fla tem desfalques para a estreia da Libertadores na Venezuela

Deportivo Táchira chega embalado a competição sul-americana por sua boa campanha no campeonato local

O Flamengo terá quatro desfalques para a estreia da Copa Libertadores, nesta quinta-feira, contra o Deportivo Táchira, às 21h30 (de Brasília), na Venezuela. O lateral-direito Wesley, os meias Gerson e Arrascaeta e o atacante Plata não viajam com o elenco rubro-negro para a partida da primeira rodada do grupo C da competição.

Eles se juntam ao zagueiro Danilo, que não entra em campo desde o dia 22 de fevereiro, por conta de uma lesão muscular, e também está de fora da lista de relacionados. Gerson e Arrascaeta permanecem no CT do Ninho do Urubu para dar continuidade ao tratamento das lesões sofridas durante a última Data Fifa.

Por outro lado, Plata apresentou sinais de fadiga generalizada, agora associado a um quadro de faringite e febre, e por isso foi vetado da viagem para a Venezuela pelo departamento médico. Wesley, por sua vez, foi cortado após apresentar sinais de desgaste físico e mialgia após a Data Fifa de março. O time rubro-negro encara o Deportivo Táchira, no Estádio Polideportivo de Pueblo Nuevo, pela primeira rodada do grupo C da Libertadores.

REPRODUÇÃO



Atacante Bruno Henrique deve ser titular do Flamengo hoje na estreia da Libertadores na Venezuela

Favorito para a partida desta quinta, o Mengão não perde desde 19 de janeiro, quando usou seu time C no revés para o Nova Iguaçu, pelo Estadual.

Desde então, são 14 partidas seguidas sem perder, com um futebol dominante, muitos gols marcados e pouquíssimos tentos sofridos. Sob o comando de Filipe Luís, a invencibilidade é maior: o comandante só perdeu um jogo à frente do Flamengo, para o Fluminense, no dia 17 de outubro de 2024.

Já o Deportivo Táchira chega embalado por sua boa campanha no Campeonato Venezuelano.

O clube aurinegro é o vice-líder da competição, empatado em 18 pontos com o ponteiro Deportivo La Guaira, que está à frente pelo saldo de gols.

Recentemente, porém, o Táchira lamentou a perda da Supercopa da Venezuela para o próprio La Guaira, sendo derrotado nos pênaltis após empate por 1 a 1.

ATACANTE

CRB e Goiás ainda negociam Anselmo Ramon

CRB e Goiás negociam a multa de Anselmo Ramon. O atacante tem proposta concreta para deixar o Galo e a definição deve ocorrer ainda esta semana. O Galo não confirma, mas o valor está na casa de R$ 6 milhões. O jogador renovou contrato ano passado até o fim de 2026, e está entre os mais bem pagos do elenco. Ele chegou ao Galo em 2022, já disputou 177 jogos e marcou 64 gols com a camisa regatiana. “Goiás deseja, CRB não abre mão de receber valor da multa”, disse o presidente. “Todo atleta que um clube tiver interesse, deposita a multa e não tem o que fazer. Isso seja em todos os clubes”, disse o executivo Ari Barros.

Anselmo segue treinando para o confronto deste sábado, às 16h contra a Chapecoense pela Série B. Recuperado de lesão muscular na posterior da coxa esquerda, o zagueiro Luís Segovia foi liberado e treinou. A ausência, por enquanto, continua sendo o meia Gegê. Ele se recupera de tendinite, teve o nome especulado para sair do CRB nos últimos dias, mas segue em tratamento junto ao departamento médico regatiano.

Palmeiras inicia fora de casa a busca pelo tetra enfrentando Sporting Cristal, do Peru

O Palmeiras inicia sua campanha na Copa Libertadores enfrentando um desafio imediato: a ausência de Raphael Veiga, um dos principais nomes do elenco, na estreia contra o Sporting Cristal, marcada para esta quinta-feira, às 19h (de Brasília), no Estádio Nacional do Peru, em Lima. O meia, peça-chave no esquema do técnico Abel Ferreira, sofreu um trauma na lombar durante a partida contra o Botafogo, no último domingo, pela rodada inicial do Brasileirão. A lesão o deixou com dores intensas, levando o departamento médico a optar por preservá-lo, evitando a longa viagem ao Peru, que soma mais de dez horas entre ida e volta. Enquanto isso, o time ganha o reforço de Gustavo Gómez, recuperado de uma lesão no joelho, para o confronto que abre o Grupo G da competição continental.

O confronto entre Palmeiras x Sporting Cristal é um daqueles duelos que, mesmo com poucos jogos na história, sempre trazem uma dose extra de emoção na Copa Libertadores da América. As duas equipes se enfrentaram poucas vezes ao longo da história da competição continental, mas já protagonizaram embates marcantes. A expectativa para os próximos encontros é alta, especialmente pela boa fase vivida pelo Verdão nos últimos anos e pela tradição do clube peruano no cenário sul-americano.

Ao longo da história, Palmeiras e Sporting Cristal se enfrentaram apenas duas vezes em competições oficiais.



SISTEMA CORREIO DE COMUNICAÇÃO - RÁDIO CORREIO
Transmissão Simultânea em Rede com 62 Municípios
TERÇAS E QUINTAS DAS 12H ÀS 14H



PARCERIA:
JORNAL TRIBUNA INDEPENDENTE
SITE TRIBUNA HOJE.COM
CANAL 12 - NET / CLARO TRIBUNA HOJE TV
SINDJORNAL Sindicato dos Jornalistas de Alagoas

EM REDE:
- RÁDIO CORREIO FM 90,5 Joaquim Gomes
- RÁDIO CORREIO FM 88,5 Murici
- RÁDIO CORREIO FM 91,7 Matriz do Camaragibe
- RÁDIO CORREIO FM 88,9 Água Branca
- RÁDIO CORREIO FM 91,9 Delmiro Gouveia
- RÁDIO CORREIO FM 98,5 Porto Real do Colégio

RÁDIOS PARCEIRAS







ENTREVISTA DIA 03 / ABRIL / QUINTA









EMPRESARIAL DELMAN 1º ANDAR

Sem título de terra, quilombo Muquém pede socorro ao MPF

Reunião debate regularização fundiária, impacto de obras e precariedade dos serviços públicos para quilombolas

REPRODUÇÃO



Comunidade quilombola Muquém, em União dos Palmares, enfrenta dificuldades nos serviços públicos e reivindica titulação das terras

A comunidade quilombola do Muquém, em União dos Palmares, recebeu ontem representantes do Ministério Público Federal (MPF), da Fundação Cultural Palmares e da Prefeitura para discutir a regularização fundiária e demandas por melhorias em infraestrutura, saúde e segurança. O encontro também abordou o impacto de empreendimentos na região e a possibilidade de retomada do processo de titulação do território.

A comunidade reivindica a regularização da titularidade dos 7,5 hectares onde foram reassentados após as enchentes de 2010. Apesar de o Estado ter construído moradias e equipamentos públicos no local, a posse da terra ainda não foi oficialmente repassada à comunidade.

Durante a reunião, coordenada pelo procurador da República Eliabe Soares, discutiu-se também a reabertura do processo de titulação do território historicamente quilombola, que pode chegar a 185 hectares. O procedimento já havia sido iniciado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), mas foi arquivado após resistência de vizinhos. Agora, a comunidade busca informações para retomar o debate. Outro tema foi a construção de um conjunto habitacional e de uma usina fotovoltaica na região. Há dúvidas se a usina estaria dentro ou nos limites do território quilombola. Respondendo a ofício prévio do MPF, o Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA) afirmou que o empreendimento é de baixo impacto ambiental, razão pela qual não passou pela análise do Incra e da Fundação Palmares.

Os moradores relataram dificuldades no acesso à saúde, com longas esperas para consultas e um posto de atendimento funcionando apenas das 9h às 15h. Também pedem melhorias no transporte para emergências, que hoje opera em horário reduzido.

Na infraestrutura, os principais problemas apontados foram esgoto a céu aberto, contas de energia elevadas e a falta de moradias para jovens. Na área da segurança, a comunidade reclama do barulho excessivo à noite e da necessidade de maior presença policial.

O procurador da República Eliabe Soares destacou que o MPF adotará os encaminhamentos adequados às demandas apresentadas e está à disposição da comunidade para intermediar soluções junto aos órgãos públicos.

O Povoado Muquém é um dos lugares mais visitados em União dos Palmares. Localizada na zona rural do município, a comunidade quilombola foi formada por remanescentes dos escravizados que habitaram o Quilombo dos Palmares.

Os milhares de visitantes que vão para o Muquém querem conhecer as histórias dos antigos africanos e veem de perto as famosas artesãs de barros que moram lá como a mestra Dona Irinéia Nunes, Marinalva Bezerra, Julieta Maria da Conceição (Preta), entre outros artesãos.

REIVINDICAÇÕES

Comunidade reivindica a regularização da titularidade dos 7,5 hectares após as enchentes de 2010. Também falta a posse da terra ser oficializada

SAÚDE

Moradores relatam dificuldades no acesso à saúde, com longas esperas para consultas e um posto funcionando apenas das 9h às 15h

ASCOM MP/AL



Representantes do poder público e da sociedade civil organizada se reuniram para discutir prevenção à violência no ambiente escolar

FÓRUM

MPs debatem violência nas escolas e melhoria de creches

Em sua terceira reunião desde que foi instituído, o "Educar e Proteger: Fórum de Garantia à Educação e Infância" promoveu na segunda-feira (31/3) um debate sobre prevenção à violência no ambiente escolar, promoção de segurança e melhorias nas creches "Gigantinhos". O encontro contou com a participação do Ministério Público do Trabalho e ocorreu na sede do Ministério Público do Estado de Alagoas (MP/AL), em Maceió.

Na oportunidade, a procuradora do Trabalho Cláudia de Mendonça Braga Soares, os promotores de Justiça Lucas Sachsida, Gustavo Arns, Alberto Tenório e Shanya Maria Dantas e a analista jurídica do MP/AL Carine de Carvalho puderam levantar as principais questões tratadas pelo grupo.

"Também fortalecemos o diálogo com as Polícias Militar e Civil a respeito da segurança e das medidas preventivas adotadas em relação ao ambiente escolar", ressaltou o promotor de Justiça Gustavo Arns,.

A respeito das creches "Gigantinhos", situadas na capital, o promotor esclareceu que existem três procedimentos no MP/AL para investigação das condições dessas unidades.

DRENAGEM

Mais de 320 toneladas de entulhos são retirados de rede

ASCOM SEMINFRA



Trabalho realizado por equipes da Prefeitura de Maceió visa manter as galerias desobstruídas para evitar alagamentos durante as chuvas

Em março, equipes da Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seminfra) realizaram a limpeza e manutenção da rede de drenagem em 91 ruas de 23 bairros de Maceió, com a retirada de 320 toneladas de entulho das tubulações e a desobstrução de 1.237 metros de galerias. As ações são realizadas diariamente para garantir o funcionamento do sistema pluvial e reduzir transtornos no período chuvoso.

Para otimizar os serviços, a Seminfra conta com a tecnologia de caminhos de hidrojateamento e sucção, que permite uma limpeza mais profunda da rede de drenagem, além do uso de robôs de videomonitoramento para identificar pontos de obstrução nas tubulações.

Além das ações de manutenção, a Seminfra também realizou serviços de recuperação estrutural de galerias em diversos pontos da cidade, com o objetivo de restaurar trechos comprometidos, melhorando o escoamento das águas pluviais e evitando o acúmulo de água.

Desde o último dia 24 de março, a Prefeitura de Maceió realiza um grande mutirão de limpeza no Mercado da Produção, na Levada, local que costuma enfrentar dificuldades durante períodos chuvosos.

CIDADES EM FOCO

ROBERTO BAIA
robertobaia9981@gmail.com



Aprovação unânime



Na quinta sessão ordinária de 2025, a vereadora **Jackelline Barbosa** obteve a aprovação unânime de duas importantes indicações para melhorar a infraestrutura e a educação em Arapiraca. A primeira indicação, nº 117/2025, solicita ao prefeito Luciano Barbosa, em parceria com a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Educação, a construção de uma creche e uma escola na comunidade de Mulungu, zona rural do município. A vereadora destacou a importância de garantir educação de qualidade e acessível para as crianças dessa região.

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

A segunda proposta, nº 126/2025, foi apresentada em conjunto com o vereador Pablo Fênix e pede a pavimentação asfáltica da Rua dos Palmares e da Praça Antônio Laurentino, no bairro Senador Teotônio Vilela. A medida visa melhorar a mobilidade urbana e a infraestrutura local, trazendo benefícios diretos à população, além de facilitar o tráfego na região.

NOVA UBS

Além das indicações, Jackelline Barbosa também destacou que a comunidade de Senador Teotônio Vilela receberá uma nova e moderna Unidade Básica de Saúde (UBS), equipada com duas equipes da Estratégia de Saúde da Família. A pavimentação das vias mencionadas facilitará o acesso à UBS, contribuindo para a melhoria da saúde pública no município. Essas ações reforçam o compromisso da vereadora com o desenvolvimento de Arapiraca e a qualidade de vida dos seus cidadãos.

MVV VENDIDA

Na manhã de ontem, quarta-feira, 2, a Mineração Vale Verde (MVV) anunciou a conclusão da venda de sua planta, localizada em Craíbas, para o grupo chinês Baiyin Nonferrous (BNMC). A transação ocorre em meio a sérias controvérsias relacionadas ao impacto das atividades da mineradora na comunidade local. Moradores de Craíbas relatam rachaduras nas casas, supostamente causadas pelas explosões e atividades de mineração, o que gerou protestos e ações judiciais contra a empresa.

DANOS ESTRUTURAIS

As rachaduras nas residências afetaram muitas famílias, que buscam reparação pelos danos estruturais. Em resposta, a MVV afirmou que o período de transição entre os gestores atuais e o novo comprador, Baiyin Nonferrous, durará até seis meses. Durante esse período, serão repassadas as informações necessárias para a continuidade dos negócios. No entanto, a mineradora não se pronunciou oficialmente sobre os processos judiciais envolvendo os danos às casas em Craíbas.

IMPACTOS AMBIENTAIS

Com a venda da planta para o Baiyin Nonferrous, o maior fornecedor de cobre da China, a mineradora deixa um legado de controvérsias a ser resolvido. A expectativa é que o novo grupo assuma a responsabilidade pelos impactos ambientais e sociais causados pela mineração e busque soluções para mitigar os danos à comunidade local, enquanto dá continuidade às operações da planta, iniciada em 2018.

PEDIDO NEGADO

A Justiça Eleitoral de Porto Calvo rejeitou a Ação de Investigação Judicial Eleitoral (Aije) movida pela ex-vereadora Maria do Rosário Lins Barbosa, "Zai" (MDB), que pedia a cassação dos mandatos dos vereadores David Pedrosa, João Victor Melo e Lamark Vasconcelos, do PL. Zai acusava o partido de fraude à cota de gênero, alegando que o PL teria registrado candidaturas femininas fictícias para burlar a exigência legal de 30% de candidaturas para cada gênero. No entanto, o juiz da 14ª Zona Eleitoral, Diogo de Mendonça Furtado, considerou que não havia provas suficientes para sustentar as acusações e declarou a improcedência da ação.

FALTA DE PROVAS

O Ministério Público Eleitoral também se manifestou contra a Aije, apontando a ausência de elementos concretos que comprovem a fraude alegada. Com a decisão, os vereadores do PL mantêm seus mandatos, e a ação foi extinta com resolução do mérito. Zai, que obteve 693 votos, ficou como primeira suplente nas eleições de 2024, enquanto os vereadores do PL foram eleitos com votos expressivos, com Lamark Vasconcelos alcançando 1.131 votos, David Pedrosa 827 e João Victor Melo 782. A decisão ainda cabe recurso junto ao Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE/AL).

SÃO SEBASTIÃO

A vereadora Professora Rosangela Ferro (PP), de São Sebastião, faleceu ontem, quarta-feira, 2, aos 65 anos, após sofrer uma parada cardíaca. A informação foi confirmada por seu filho, Tiago Ferro, em uma publicação nas redes sociais. Segundo Tiago, Rosangela passou por um exame simples de endoscopia, mas sofreu complicações e não resistiu à parada cardíaca.

SEGUNDO MANDATO

Rosangela Ferro estava em seu segundo mandato como vereadora, tendo sido eleita com 883 votos. Como professora e líder política, ela sempre esteve comprometida com a melhoria da educação pública e com o bem-estar de sua comunidade, sendo muito respeitada na cidade. Além de sua atuação política, ela era mãe de Tiago Ferro e esposa do ex-vereador Jorge Ferro, ambos figuras importantes na política local.

A morte da vereadora causou grande comoção entre os moradores de São Sebastião, amigos e colegas de trabalho. Mensagens de lamento e solidariedade foram compartilhadas nas redes sociais, refletindo a admiração pela dedicação de Rosangela à educação e ao progresso de sua cidade.

Dengue: Alagoas registra 250 casos por mês este ano

Em relação à cobertura vacinal, 35.320 pessoas tomaram primeira dose e 11.152, a segunda, conforme a Sesau

VALDETE CALHEIROS
COLABORADORA

Alagoas registrou, em média, mais de 250 casos de dengue, em cada um dos três primeiros meses deste ano. Os números são do Panorama Quinzenal das Arboviroses em Alagoas fornecido pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesau). Segundo o documento, o estado registrou 770 casos prováveis de dengue, 28 de chikungunya e 10 de zika e nenhum caso de Febre do Oropouche.

Os dados são de 1º de janeiro deste ano até o último dia 31 de março. Neste mesmo período, não houve óbito causado por nenhuma das arboviroses.

Para tentar combater o avanço na quantidade de casos de dengue, a Sesau continua disponibilizando a vacina. A dose imunizante é indicada para as crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos, 11 meses e 29 dias de idade.

Em Alagoas foram contemplados, por determinação do Ministério da Saúde, 29 municípios, divididos por regiões. A 1ª Região de Saúde abrange 12 municípios. São eles Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Coqueiro Seco, Flexeiras, Maceió, Marechal Deodoro, Messias, Paripueira, Pilar, Rio Largo, Santa Luzia do Norte e Satuba.

A 7ª Região de Saúde abraça 17 municípios. São eles Arapiraca, Batalha, Belo Monte, Campo Grande, Coité do Nóia, Craíbas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Jacaré dos Homens, Jaramataia, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, Major Isidoro, Olho d'Água Grande, São Sebastião, Taquarana e Traipu.

Em relação à cobertura vacinal, 35.320 tomaram a primeira dose e 11.152 a segunda, uma vez que o esquema vacinal contra a dengue só se completa com duas doses do imunizante.

Do total de casos registrados em Alagoas, Maceió teve 238 casos prováveis de dengue, dos quais 169 confirmados.

REPRODUÇÃO



Vacinação tenta barrar avanço da dengue, mas índices de imunização ainda são pequenos em Alagoas

ASCOM SESAU



Unidade hospitalar recebe pacientes encaminhados para procedimentos, consultas e internamentos

EM 3 ANOS

Hospital da Criança faz mais de 230 mil atendimentos

Há três anos, o Governo do Estado inaugurou o Hospital da Criança de Alagoas no bairro Jacintinho, em Maceió. O equipamento de saúde se consolidou como referência na assistência pediátrica, atendendo crianças e adolescentes dos 102 municípios alagoanos. Desde o início do seu funcionamento, foram realizados 239.774 atendimentos.

Ainda conforme dados divulgados pelo Núcleo de Informação da unidade, também foram realizadas 45.659 consultas e 189.056 exames laboratoriais. Desde abril de 2022, quando a unidade foi aberta, até agora, também foram realizadas 5.059 internações, somando as enfermarias e a unidades.

O Hospital da Criança de Alagoas conta com assistência especializada com foco no atendimento integral de pacientes a partir dos 29 dias de vida até os 14 anos de idade. Funcionando em sistema de regulação, a unidade recebe pacientes encaminhados para procedimentos, consultas e internamentos as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e Unidades Básicas de Saúde (UBS), por meio do Sistema de Regulação Estadual (Sisreg).

O secretário de Estado da Saúde, Gustavo Pontes de Miranda, destaca que o hospital já se notabiliza como referência em assistência pediátrica para os 102 municípios do Estado. "Das sete unidades hospitalares construídas pelo Governo do Estado nos últimos anos, o Hospital da Criança de Alagoas cumpre um papel importante, que é preencher uma lacuna que existia na assistência pediátrica. Graças a ele, além de internações e exames, são asseguradas consultas com uma gama de especialistas que, antes, os usuários do SUS [Sistema Único de Saúde] tinham dificuldade de agendar", frisou o secretário.

Um dos estaques do hospital é o ambulatório com mais de 20 especialidades pediátricas. Além de especialistas nas áreas de alergia e imunologia, a unidade conta com cardiologia, endocrinologia, gastroenterologia, genética, nutrologia, oftalmologia, oncologia, ortopedia, traumatologia, otorrinolaringologia, pediatria, pneumologia, psiquiatria, hebiatria, infectologia, nefrologia e neurologia.

ÂNGULO GERAL

EDMILSON TEIXEIRA
etjornalista@gmail.com



Serviço de apoio

Ontem, dia 2 de abril, foi celebrado o Dia Mundial de Conscientização do Autismo, uma data importante para refletirmos sobre os avanços na inclusão e no apoio às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Em Delmiro Gouveia/AL, o Centro de Atendimento Clínico Professora Mireta Vieira Batalha e o Anexo TEA têm se destacado, oferecendo atendimento multidisciplinar a mais de 18 mil pessoas nos últimos dois anos.

DETALHES

O Centro foi criado para avaliar crianças da rede municipal de ensino com suspeita de autismo. Com uma equipe altamente especializada de 24 profissionais, a instituição já realizou 5.560 atendimentos, sempre priorizando um trabalho humanizado que garante os direitos e melhora a qualidade de vida dos pacientes com TEA.

DETALHES II

O Anexo TEA, parte do Centro Especializado em Reabilitação, concentra-se no atendimento de saúde para pessoas com autismo. Somente nos primeiros três meses de 2023, foram registrados 13.407 atendimentos, refletindo a crescente demanda por serviços especializados. Isso demonstra o comprometimento das instituições com o desenvolvimento e bem-estar da comunidade autista, essencial para promover sua inclusão na sociedade.

APROVADO

O deputado federal Marx Beltrão (PP/AL) alcançou um importante marco na busca por melhorias na Educação brasileira. O seu Projeto de Lei, PL 1736/23, foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, o que representa um avanço significativo rumo à sua apreciação em Plenário. Esta proposta visa solucionar a grave questão da falta de professores nas salas de aula, garantindo que nenhum estudante fique sem aula devido à ausência de um docente.

SISTEMA

A proposta de Marx Beltrão assegura que, em casos de afastamento ou falta de um professor, deve ser disponibilizado um professor substituto. Para viabilizar essa exigência, o projeto estabelece que os governos devem criar um banco de docentes substitutos que possam ser realocados rapidamente. Isso visa mitigar os danos no aprendizado dos estudantes, algo que é essencial para garantir uma educação contínua e de qualidade.

ARRETADO

Você já ouviu falar no WDG ? Isso quer dizer em inglês Dried Distillers Grains , ou melhor Grãos Secos de Destilaria. Essa sigla representa um coproduto da produção de etanol, especificamente oriundo da fermentação de grãos, com o milho sendo o principal utilizado. Trata-se do resíduo que sobra após a extração do combustível, oferecendo uma alternativa rica em proteínas e fibras para a alimentação de bovinos. Aqui em Alagoas, esse produto é feito em grande escala pela Cooperativa Pindorama, pois tem ganhado destaque devido aos seus benefícios nutricionais e econômicos.

EMPENHO

A Cooperativa Pindorama, intensificou a comercialização do WDG ensacado oferecendo uma opção ainda mais acessível para os produtores. Com uma durabilidade que pode alcançar até um ano, o WDG se torna uma fonte sustentada de nutrição para o gado, permitindo que os criadores armazenem o produto por períodos mais longos. Conforme o presidente da Pindorama, Klécio Santos, na Cooperativa, hoje são ensacadas até 50 toneladas diariamente, permitindo aos pecuaristas uma melhor gestão de recursos.

TRÂNSITO

Em um esforço para aprimorar a segurança viária e a mobilidade urbana no coração da cidade, o Departamento Municipal de Transportes e Trânsito (DMTT) de Maceió deu início, em março, ao trabalho de reforço das sinalizações horizontal e vertical nas ruas centrais da capital alagoana. A iniciativa busca não apenas facilitar a orientação de motoristas e pedestres, mas também aumentar a segurança de todos que vivem, trabalham ou visitam a área central da cidade.

SUCESSO

Em uma celebração marcada por entusiasmo e otimismo, a deputada Cibele Moura destacou, na mais recente sessão ordinária, o crescimento expressivo na quantidade de estudantes alagoanos matriculados na Universidade Estadual de Ciências da Saúde (Uncisal). Esse avanço é atribuído à implementação da lei nº 9.365/2024, de iniciativa da própria parlamentar, que introduziu critérios regionais para a admissão em universidades públicas estaduais, como a Uneal e a Uncisal

MARATONA

As inscrições para os aguardados Jogos Estudantis de Alagoas (JEAL) de 2025 finalmente estão abertas, marcando mais uma edição desse importante evento esportivo no Estado. Estudantes de escolas públicas e privadas, junto com seus professores de Educação Física, têm até o próximo dia 16, para concretizar suas inscrições. Este procedimento deve ser realizado presencialmente nas Gerências Especiais de Educação (GEEs) responsáveis.

HOMENAGEM

De autoria da deputada Gabi Gonçalves, foi que na terça-feira desta semana a Assembleia Legislativa de Alagoas aprovou o projeto de resolução nº73/2024, que concede a Comenda de Mérito Legislativo Tavares Bastos ao deputado federal, Arthur Lira. A honraria, uma das mais importantes do Parlamento alagoano, reconhece personalidades que prestam relevantes serviços ao estado.

Marisqueiras já estão em sede reformada

Prédio da Coopmaris foi equipado com recursos provenientes de ações civis públicas propostas pelo MPT de Alagoas

A Cooperativa de Marisqueiras Mulheres Guerreiras (Coopmaris) iniciou atividades em sua sede nova, localizada às margens da Lagoa Mundaú. O prédio que abriga a cooperativa - cedido pelo Município de Maceió, em 2019 - passou por reforma e foi equipado com recursos provenientes de ações civis públicas propostas pelo Ministério Público do Trabalho em Alagoas (MPT/AL).

Além do MPT, tiveram papel de destaque na transformação das vidas das marisqueiras a ONG Visão Mundial, o Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu e a Universidade Federal de Alagoas (Ufal), através da FANUT - Faculdade de Nutrição. Também ajudaram na estruturação do prédio as empresas Porto Bello e Sococo, que garantiram o revestimento cerâmico das paredes e a câmara de refrigeração, respectivamente.

"Estamos diante de uma verdadeira transformação social. As marisqueiras cooperadas foram capacitadas e hoje detêm estrutura física para realizarem suas atividades de forma digna, com conforto e higiene. O sururu, patrimônio culinário de Alagoas, está pronto para ser valorizado e ganhar o mercado consumidor. O produto beneficiado na cooperativa é diferenciado pela ótima qualidade e propiciará aumento na renda das cooperadas, que unindo esforços, terão os benefícios do verdadeiro cooperativismo", disse Virgínia Ferreira, procuradora do MPT que acompanhou o processo.

A procuradora também destacou que as marisqueiras estão prontas a atender a demanda e esperam que seu produto chegue à mesa dos alagoanos e, futuramente, ganhe espaço pelo Brasil afora.

Já a presidente da Coopmaris, Vanessa dos Santos Silva, ressaltou a mudança de realidade das marisqueiras após o trabalho na cooperativa. "Nossa vida mudou demais depois que passamos a trabalhar na cooperativa. Nosso trabalho ficou bem mais fácil, bem mais leve, porque todas as cooperadas estão trabalhando e ajudando umas às outras. Então é por isso que nossa vida mudou através da cooperativa de marisqueiras", disse Vanessa.

O prédio-sede da Coopmaris fica na Rua Senador Rui Palmeira, 2171, bairro Vergel do Lago, ao lado do restaurante popular da orla lagunar de Maceió. A cooperativa atende o público no horário de 8h a 17h.

A iniciativa de estruturar a atividade da produção do Sururu é resultado de projeto da ONG Visão Mundial e Instituto São Bartolomeu, com vem transformando a realidade das marisqueiras da Orla Lagunar de Maceió através da inclusão socioeconômica e do trabalho.

ASCOM MPT/AL



Marisqueiras da cooperativa, após reforma de prédio, trabalham agora em local mais confortável

TJ/AL distribui 37 mil absorventes higiênicos a programa e instituições

O Programa Cidadania e Justiça na Escola (PCJE), o Instituto Amigos da Sopa, o Grupo Espírita Amor e Esperança (Geame) e a Casa da Mulher Alagoana foram os primeiros beneficiados com absorventes higiênicos da campanha "Um Fluxo de Amor". O Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL) iniciou a distribuição de 37 mil absorventes, nesta quarta (2).

A iniciativa da Presidência do TJ/AL, por meio da Secretaria Especial, arrecadou, este ano, mais de 83 mil unidades do item higiênico. A secretária especial Luciana Omena participou das entregas e ressaltou a importância da campanha.

"É com grande alegria que começamos as entregas dessa campanha que foi um verdadeiro sucesso. Conseguimos um número expressivo de doações e que a gente vai ajudar muito mais pessoas do que imaginávamos", afirmou Luciana.

Também acompanharam a visita Morgana Fragoso Bittencourt, esposa do presidente Fábio Bittencourt, e Eurides Accioly, esposa do corregedor-geral da justiça, Celyrio Adamastor.

O Programa Cidadania e Justiça na Escola recebeu 30 mil unidades que serão redistribuídas para 12 escolas públicas estaduais e municipais. Ao todo, mais de 4.800 adolescentes serão beneficiadas com as doações.

O Instituto Amigos da Sopa, localizado no Antares, recebeu duas mil unidades de absorventes. O presidente do projeto, Tibério Jorge, explicou que a casa acolhe em média 100 mulheres e que essa contribuição favorece estas cidadãs.

A distribuição dos absorventes higiênicos beneficiou também o Grupo Espírita (Geame) e a Casa da Mulher Alagoana.

DICOM TJ/AL



Distribuição de absorventes pelo Tribunal de Justiça de Alagoas beneficiou várias instituições

AUTISMO

Campanha vai combater preconceito

Não é sobre comparar, é sobre respeitar, sobre entender que uma característica não define pessoas e que elas vão muito além do que o preconceito pode enxergar. Por isso, a partir desta quarta-feira, 2 de abril, data instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Dia Mundial de Conscientização do Autismo, o Ministério Público do Estado de Alagoas (MPAL) lança a campanha "Livre para voar", de conscientização e combate à discriminação que insiste em tratar com indiferença crianças, jovens e adultos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O objetivo é convidar a sociedade a ter um olhar de igualdade, sem visualizá-los como incapazes. Nesse esforço pela conscientização, a iniciativa do MPAL exibirá uma websérie com quatro vídeos que vão mostrar depoimentos que falam de enfrentamento, superação, evolução dos autistas, e da postura institucional do Ministério Público para garantir direitos.

Cauã Rodrigues, 16; Davi Rodrigues, 13; Helena Rodrigues, 10; Benício Rodrigues, 8; e Matheus Rodrigues, 6. No vídeo desta terça-feira (1), o público conhecerá o dia a dia de cinco irmãos diagnosticados, que moram com uma mãe que tem deficiência visual e vêm construindo uma história linda, dentro dessa realidade que requer cuidados, mas é alicerçada no amor e na vontade de conquistar espaços enxergada em todos. Eles sabem dos laudos, comentam sobre a rotina e reforçam que o incômodo maior é justamente a falta de conhecimento da população sobre o tema, o que acaba gerando rótulos que distorcem o assunto.

Preço dos alimentos deve cair em 60 dias

Fator pode também levar à redução dos juros no Brasil; produtos têm pressionado a inflação durante os últimos meses

Principal fator que tem pressionado a inflação nos últimos meses, os preços dos alimentos começarão a cair nos próximos 60 dias, disse ontem a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. Segundo ela, o recuo pode abrir espaço para a queda dos juros no segundo semestre, sem desrespeitar a autonomia do Banco Central (BC).

"Falta combatermos de forma mais eficiente a inflação. Sei que vamos conseguir. Daqui a 60 dias, quem sabe, a diminuição no preço dos alimentos... Quem sabe, porque o Banco Central é autônomo, possamos diminuir os juros no segundo semestre", declarou Tebet em evento para comemorar os 60 anos do BC.

A declaração da ministra foi o momento mais aplaudido durante o evento do Banco Central. Tebet, no entanto, reconheceu que a elevação de tarifas comerciais pelos Estados Unidos poderá dificultar o controle da inflação.

"Temos muitas questões num mundo tão complexo. O mundo está em transformação. Estamos com fatores além-mar, com medidas além-mar, que poderão impactar inflação mundial e brasileira", declarou a ministra.

Após o evento, Tebet disse que o efeito das medidas de Trump sobre a inflação brasileira pode ser reduzido por causa da diversificação dos parceiros comerciais do Brasil e da diversificação dos produtos exportados pela agroindústria.

Tebet também defendeu a revisão de incentivos fiscais para garantir o cumprimento das metas para as contas públicas.

"Os gastos tributários [incentivos fiscais do governo], essa é uma questão que precisa ser colocada na mesa quando falamos de fiscal. Temos uma renúncia de quase R$ 600 bi. Algumas se sustentam horizontalmente, beneficiando toda a economia. Algumas se sustentam verticalmente, beneficiando alguns. E outras [renúncias] precisam ser revistas", disse a ministra.

PREÇOS PRESSIONADOS

Na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada na semana passada, o Banco Central destacou que os preços dos alimentos se mantêm elevados e tendem a se propagar para outros preços no médio prazo, "em virtude da presença de importantes mecanismos inerciais [repasses de inflação passada para os preços] da economia brasileira".

No Relatório de Inflação, divulgado na última quinta-feira (27), a autoridade monetária avaliou que os preços ao consumidor devem continuar com variações mensais elevadas nos próximos meses. Segundo o documento, a inflação acumulada em 12 meses deve permanecer em torno de 5,5%, acima do intervalo de tolerância da meta, que é de 4,5%.

AGÊNCIA BRASIL

Ministra Simone Tebet também defendeu a revisão de incentivos fiscais para garantir cumprimento das metas para as contas públicas

FECOMÉRCIO AL

Semana S do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Fecomércio AL
CNC Sesc Senac
Sindicatos | Instituto Fecomércio

Save the date! Maio de 2025 16 SEXTA 17 SÁBADO

CNC · Federações · Sindicatos Empresariais · Sesc · Senac
Sistema Comércio

CIDADANIA

Órgãos integrados promovem a Semana S

O maior evento integrado do Sistema Comércio brasileiro vai levar cidadania e entretenimento aos cidadãos, além de palestras para incentivar o desenvolvimento e a inovação do comércio e dos serviços no País. A Semana S do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, idealizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), será realizada pela Fecomércio AL, Sindicatos Empresariais, Sesc e Senac, nos dias 16 e 17 de maio.

A Semana S vai promover um grande mutirão de cidadania em todo o País, oferecendo serviços básicos gratuitos nas áreas de educação, saúde, cultura, embelezamento e tecnologia, em linha com os benefícios que o Sesc e o Senac levam diariamente para a população. A ação celebrará também os 80 anos da CNC. Serão promovidos encontros com empresários dos mais diversos ramos do comércio, serviços e turismo para bate-papos envolvendo temas relevantes sobre varejo, negócios, inovação e mercado.

"É fundamental apresentar à sociedade o impacto transformador das ações do Sesc e do Senac na qualidade de vida, educação, cultura e desenvolvimento profissional de milhões de brasileiros. Tudo isso só é possível graças aos empresários do setor, que investem e acreditam na missão de transformar vidas. São os empresários que financiam esse grande sistema de promoção social e qualificação profissional, com resultados concretos para o País", afirma o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros.

Em 2024, o Senac AL ofertou 137 cursos de forma presencial e realizou 13.188 matrículas, qualificando pessoas para o mercado de trabalho. Além disso, foram atendidas 24 empresas e instituições. No mesmo período, o Sesc AL promoveu 1.794.008 atendimentos com serviços nas áreas de saúde, assistência, educação, lazer e cultura.

A Semana S será realizada simultaneamente em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. Em Alagoas, o evento se concentrará em Maceió e acontecerá no estacionamento do Maceió Shopping. A programação oficial será divulgada, em breve, pelas redes sociais da @fecomercial, do @sescalagoas e do @se-

HOTÉIS SALINAS S/A - CNPJ (MF) 09.276.932/0001-36. Capital Fechado - Relatório da Diretoria - Senhores Acionistas: Cumprindo disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial, para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024, comparativo com o exercício 2023, acompanhado das demais demonstrações financeiras. O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi conduzido sob a responsabilidade da PricewaterhouseCoopers, que emitiram relatório de auditoria, com data de 25 de março de 2025, sem ressalva. Colocamo-nos à inteira disposição dos Srs. Acionistas para prestação de quaisquer informações e esclarecimentos que se fizerem necessários. Maragogi (AL), 2 de abril de 2025. A DIRETORIA.

Hotéis Salinas S.A.
Balanço Patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	36.183	36.671
Contas a receber de clientes	5	104.965	100.706
Estoques	6	4.475	3.856
Ativo fiscal corrente	7	2.717	2.756
Tributos a recuperar	8	1.505	1.440
Outros créditos	9	785	624
Total do ativo circulante		**150.630**	**146.053**
Não circulante			
Aplicações financeiras	4.a	1.753	2.414
Outros créditos	9	2.455	3.923
Tributos diferidos		148	148
Imobilizado	10	111.888	97.569
Total do ativo não circulante		**116.244**	**104.054**
Total do ativo		**266.874**	**250.107**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	11	5.379	4.030
Empréstimos e financiamentos	12	2.773	7.552
Salários e encargos sociais	13	4.722	3.176
Tributos a recolher	14	1.184	824
Partes relacionadas	25	3.156	2.911
Parcelamentos de tributos	15	1.117	777
Adiantamentos de clientes	16	119.188	117.607
Dividendos a pagar	20.4	7.090	28.235
Outras obrigações	17	2.201	2.078
Total do passivo circulante		**146.810**	**167.190**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	678	3.458
Parcelamentos de tributos	15	2.157	761
Tributos diferidos passivos	18	2.342	2.144
Provisão para contingências	19	416	66
Total do passivo não circulante		**5.593**	**6.429**
Patrimônio líquido	20		
Capital social		14.344	14.344
Reservas de lucros		100.127	62.144
Total do patrimônio líquido		**114.471**	**76.488**
Total do passivo e patrimônio líquido		**266.874**	**250.107**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Hotéis Salinas S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	21	262.029	236.652
Custos dos serviços prestados	22	(93.177)	(87.412)
Lucro bruto		**168.852**	**149.240**
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas de vendas	22	(27.622)	(27.707)
Despesas gerais e administrativas	22	(55.157)	(38.167)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	22	1.551	382
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**87.624**	**83.748**
Receitas financeiras	23	4.476	4.493
Despesas financeiras	23	(3.131)	(3.163)
Resultado financeiro, líquido		**1.345**	**1.330**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**88.969**	**85.078**
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	24		
Diferidos	24	(199)	(371)
Lucro líquido do exercício		**88.770**	**84.707**
Quantidade de ações – em milhares		4.749	4.749
Lucro líquido do exercício por ação – R$		18,69	17,84

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Hotéis Salinas S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva legal	Dividendos Adicionais	Reserva de Retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Lucros Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**13.860**	**(611)**	**2.772**	**20.554**		**21.874**		**58.449**
Lucro líquido do exercício							**84.707**	**84.707**
Destinações:								
Aumento de capital conforme AGE 13/04/2023 (Nota 20.1)	484					(484)		
Cancelamento das ações de tesouraria AGE 13/04/2023 (Nota 20.1)		611			(611)			
Constituição de reserva de retenção de lucros AGE 13/04/2023 (Nota 20.5)				(10.449)	10.449			
Dividendos pagos conforme AGE 13/04/2023 (Nota 20.4)				(10.105)				(10.105)
Reserva de retenção de lucros AGE 16/08/2023 (Nota 20.5)					6.249		(6.249)	
Dividendos intercalares AGE 16/08/2023 (Nota 20.4)							(35.410)	(35.410)
Reserva legal (Nota 20.2)			97				(97)	
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 20.4)							(21.153)	(21.153)
Dividendos adicionais propostos (Nota 20.6)				21.798			(21.798)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**14.344**		**2.869**	**21.798**	**16.087**	**21.390**		**76.488**
Lucro líquido do exercício							**88.770**	**88.770**
Destinações:								
Constituição de reserva de retenção de lucros AGE 10/04/2024 (Nota 20.5)				(6.460)	6.460			
Dividendos pagos conforme AGE 10/04/2024 (Nota 20.4)				(15.339)				(15.339)
Distribuição intercalares propostos conforme AGE 28/08/2024 (Nota 20.4)							(35.448)	(35.448)
Dividendos adicionais propostos (Nota 20.6)				53.222			(53.322)	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**14.344**		**2.869**	**53.321**	**22.547**	**21.390**		**114.471**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Hotéis Salinas S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**88.969**	**85.078**
Ajustes por:			
Depreciação	10	4.263	3.728
Encargos financeiros, líquidos	12	2.334	2.870
Valor residual de baixa do imobilizado	10	285	361
Constituição (reversão) de provisão para contingências	19	350	(65)
		96.201	**91.972**
(Acréscimo) decréscimo dos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes		(4.259)	(12.158)
Estoques		(619)	(246)
Ativo fiscal corrente e tributos a recuperar		(26)	(1.744)
Outros créditos		1.307	2.937
Acréscimo (decréscimo) dos passivos operacionais			
Fornecedores		1.349	188
Salários e encargos		1.546	(260)
Passivo fiscal corrente e tributos a recolher		359	153
Partes relacionadas		245	(978)
Parcelamentos de tributos		1.130	(1.200)
Adiantamentos de clientes		1.581	23.193
Outras obrigações		123	(225)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		**98.937**	**101.632**
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	12	(1.370)	(2.690)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos			
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**97.567**	**98.942**
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento			
Adições ao imobilizado	10	(18.867)	(10.546)
Aplicações Financeiras	4.b	661	1.768
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(18.206)**	**(8.778)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	20.4	(71.932)	(60.559)
Captação de empréstimos e financiamentos	12		
Amortização de principal de empréstimo e financiamento	12	(7.917)	(8.995)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(79.849)**	**(69.554)**
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		**(488)**	**20.610**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		36.671	16.061
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		36.183	36.671
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		**(488)**	**20.610**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.2024 (EM MIL REAIS) 1-Contexto Operacional e Base de elaboração– A Companhia HOTÉIS SALINAS S/A, é uma sociedade de capital fechado constituída sob a forma jurídica de sociedade por ações, com controle acionário privado, estabelecida à Rodovia AL 101 Km 124 s/n, no município de Maragogi, Estado de Alagoas, registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº 09.276.932/0001-36, explorando o ramo de hotelaria e restaurantes. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. 2-Resumo dos Procedimentos Contábeis Adotados dentre os principais procedimentos adotados para preparação das demonstrações financeiras ressaltamos: a) Resultado do exercício apurado pelo regime contábil de competência; b) Ativo Circulante e não Circulante Realizável a Longo Prazo – Estão registrados pelos valores de realização, incluindo quando aplicável os rendimentos auferidos. Passivo circulante e não circulante estão demonstrados por valores conhecidos/estimáveis acrescidos dos encargos e variação monetária incorridos, quando aplicável; c) Estoques – Os estoques de mercadorias para revenda e consumo estão avaliados e demonstrados ao custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição, cujos valores não superam os preços de mercado; d) Imobilizado – Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes: Edifícios e construções: 35 anos. Máquinas e equipamentos: 15 anos. Móveis e utensílios: 10 anos. Embarcações náuticas: 20 anos. Veículos: 5 anos. Equipamentos de informática: 5 anos; anualmente a Administração avalia se há alguma indicação de que um ativo ou grupo de ativos possa ter sofrido desvalorização. Com base nessas análises a Administração concluiu que não há indicativos de perda em 31 de dezembro de 2024. e) Empréstimos e financiamentos reconhecidos pelo custo amortizado – Em moeda Nacional com taxa de juros e correção monetária praticado no mercado; f) Impostos Corrente e Diferido - Para o imposto de renda corrente, a Companhia foi beneficiada com a redução da alíquota de IR e CSLL a 0% devido ao incentivo do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos – "PERSE" – Lei n. 14.148/21). A alíquota utilizada para o cálculo do diferido, é de 15,25% (9% CSLL + 6,25% IRPJ), considerando o incentivo de 75% no IRPJ referente a Sudene; g) Cobertura de Seguros– A Companhia possui cobertura de seguros dos bens do ativo imobilizado no montante suficiente para cobertura de eventuais sinistros; g) Contingências– A Companhia constituiu provisão para processos que representem perdas prováveis é esperadas com certo grau de confiança; h) Receitas- As receitas são reconhecidas no momento em que o controle é transferido ao cliente; i) Custos e Despesas- São reconhecidos pela competência, incluídos no resultado no momento que são incorridos.3– Capital Social: o Capital Social da sociedade pertencente aos acionistas domiciliados no país e todas pertencentes ao grupo controlador, e está composto de 4.748.931 ações sem valor nominal, sendo 2.689.866 ações Ordinárias, 277.281 ações Preferenciais Classe A e 1.781.784 ações Preferenciais Classe B. 5–O Relatório da Administração referente ao exercício 2024, na íntegra encontra-se a disposição dos acionistas na sede da Companhia. Companhia de Capital fechado com menos de 10 acionistas,todos pertencentes ao grupo. Maragogi (AL), 2 de abril de 2025. Heverton de Farias Barbosa - Diretor Operacional; Rození Vasconcelos Cavalcante – Diretor Comercial; Izadora Gabrielle França Silva – Contador CRC-AL 009067/O-2.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE/AL

AVISOS DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0214010/2025 EDITAL Nº 001/2025 MODALIDADE: CREDENCIAMENTO OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA DIVERSAS MODALIDADES ESPORTIVAS PERÍODO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO: 03 de abril de 2025 à 03 de abril de 2026. O recebimento dos documentos serão realizados pelo site: https: // www.campoalegre.al.gov.br/pagina/503_CREDENCIAMENTO-DE-PROFISSIONAL-ESPECIALIZADO-NA-PRESTACAO-DE-SERVICO-DE-ARBITRAG.html Os interessados poderão obter informações nos endereços eletrônicos: https: // www.campoalegre.al.gov.br/pagina/74_Editais.html, bem como junto a Agente de Contratação e a Equipe de Apoio, pelo e-mail licitacoes.pmca@gmail.com e na Sede da Comissão Permanente de Licitação, situado a Avenida Monsenhor Hildebrando Veríssimo Guimarães, nº 002 – 1º Andar, Centro, Campo Alegre, Alagoas, no Horário de: 08:00h às 12:00h.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0204028/2025 EDITAL Nº 007/2025 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTROLADOS E CIRÚRGICOS DATA DO PREGÃO: 15 de abril de 2025. HORÁRIO DO PREGÃO: 09h:00min. ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 03/04/2025 a partir das 08h:30min até às 09h:00min do dia 15/04/2025. A sessão pública será realizada no site: https://bnc.org.br. Os interessados poderão obter informações nos endereços eletrônicos: https://bnc.org.br,http://www.campoalegre.al.gov.br/downloads/2/licitacoes/1 bem como junto a Pregoeira e a Equipe de Apoio, pelo e-mail licitacoes.pmca@gmail.com e na Sede da Comissão Permanente de Licitação, situado a Avenida Monsenhor Hildebrando Veríssimo Guimarães, nº 002 – 1º Andar, Centro, Campo Alegre, Alagoas, no Horário de: 08:00h às 12:00h.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0310048/2025 EDITAL Nº 008/2025 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPRESSÃO, APLICAÇÃO E LOCAÇÃO DE CARTAZ PUBLICITÁRIO - OUTDOOR. DATA DO PREGÃO: 22 de abril de 2025. HORÁRIO DO PREGÃO: 09h:00min ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 03/04/2025 a partir das 08h:30min até às 09h:00min do dia 22/04/2025. A sessão pública será realizada no site: https://bnc.org.br. Os interessados poderão obter informações nos endereços eletrônicos: https://bnc.org.br, http://www.campoalegre.al.gov.br/downloads/2/licitacoes/1 bem como junto a Pregoeira e a Equipe de Apoio, pelo e-mail licitacoes.pmca@gmail.com e na Sede da Comissão Permanente de Licitação, situado a Avenida Monsenhor Hildebrando Veríssimo Guimarães, nº 002 – 1º Andar, Centro, Campo Alegre, Alagoas, no Horário de: 08:00h às 12:00h. Campo Alegre/AL, 02 de abril de 2025. Fabiana Carneiro e Silva. Agente de Contratação

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA ZONA DA MATA ALAGOANA E SERVICOS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA ZONA DA MATA ALAGOANA E SERVIÇOS PÚBLICOS – (COZAM), comunica a abertura de Dispensa Eletrônica, conforme abaixo descritas:

OBJETO: Aquisição de material de expediente (Dispensa Eletrônica n.º 002/2025), dia 11/04/2025, às 09h00.

OBJETO: Contratação de empresa para locação de veículos leves (Dispensa Eletrônica n.º 003/2025), dia 11/04/2025, às 10h00.

OBJETO: Aquisição de combustível (Dispensa Eletrônica n.º 004/2025), dia 11/03/2025, às **10h30.**

ABERTURA: Sistema eletrônico do BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS, através do site **www.bnc.org.br**

Observações: Os interessados poderão retirar o Edital através do site: **www.bnc.org.br** e se credenciarem junto ao **BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS**, no endereço **http://bnc.org.br/sistema.** Esclarecimentos pelo Sistema eletrônico do BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS.

Maceió/AL, 02 de abril de 2025.
Narjara Sterfanie Gomes Pereira
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 003/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01270025/2025

Torna-se público que PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS, por meio da Secretaria Municipal de Administração, realizará Dispensa Eletrônica para a contratação de empresa para fornecimento de Pneus.
Data da sessão: 09/04/2025. Link: www.bnc.org.br/
Horário da Fase de Lances: 08:00 às 14:00

São Miguel dos Campos - Alagoas, 02 de abril de 2025.
GEORGE CLEMENTE VIEIRA
Prefeito

MUNICÍPIO DE POÇO DAS TRINCHEIRAS

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2025-SRP

A Divisão de Licitações do Município de Poço das Trincheiras, Estado de Alagoas, TORNA PÚBLICO o ADIAMENTO do Pregão Eletrônico nº 07/2025-SRP, Tipo Menor Preço, que tem como objeto o Registro de preços para eventual e futura aquisição de Água e Gás.
A sessão Pública ocorrerá no dia 15 de abril de 2025, às 09:00 (nove) horas (horário de Brasília).
O Edital em inteiro teor encontra-se disponível no site: http://bnc.org.br/, no portal do município, através do site Portal da Transparência | Prefeitura Municipal De Poço das Trincheiras (prefeitura@pocodastrincheiras.al.gov), ou no endereço Praça Leopoldo Wanderley, 91, Centro, Poço das Trincheiras – AL, CEP 57.510-000, em dias úteis, no horário das 08 às 12 horas (horário local), em dias úteis, e ainda, poderá ser obtido mediante solicitação enviada ao e-mail cpl.pocodastrincheiras@gmail.com.com.

HUGO RAFAEL DA SILVA FEITOZA
Pregoeiro

ALAGOAS AMBIENTAL S.A
CNPJ nº 16.982.376/0001-89 NIRE nº 27300025907

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2025.

1.Data, hora e local: Dia 28 de março de 2025, às 10:00hs, na sede social da Companhia, situada na Fazenda Cachoeira do Imburí, s/nº, BR 316, Zona Rural, Pilar-Alagoas, CEP: 57.150-000.

2.Presença: Presença da única acionista da Companhia, conforme as assinaturas constantes do "Livro de Presença de Acionistas".

3.Regularidade da Assembleia: Nos termos do art. 124, § 4º, é considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas, independentemente da publicação de Editais de Convocação, como no caso presente.

4.Ordem do Dia: (i) Redução do capital social; (ii) Reforma e Consolidação do Estatuto Social; e (iii) Aprovação da forma de restituição do valor correspondente à acionista que integralizou o capital com bens imóveis, mediante a devolução dos referidos bens.

5.Composição da Mesa: Anna Karlla Brabo Magalhães - Presidente; e, Luciano José de Araújo Barros - Secretário.

6.Leitura de documentos e lavratura da Ata: (1) Dispensada à leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral, uma vez que são do conhecimento prévio da única acionista da Companhia; e, (2) Autorizada à lavratura da presente ata em forma de sumário, conforme faculdade prevista no parágrafo 1º, do artigo 130, da Lei 6.404/76, modificada pela Lei nº 10.303/2001.

7.Deliberações: A única acionista da Companhia:

7.1. Aprovou a redução do valor do capital social de R$ 58.199.105,00 (cinquenta e oito milhões, cento e noventa e nove mil, cento e cinco reais) para o valor de R$ 52.611.274,00 (cinquenta e dois milhões, seiscentos e onze mil, duzentos e setenta e quatro reais), cuja redução de capital no valor de R$ 5.587.831,00 (cinco milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, oitocentos e trinta e um reais), correspondente ao valor anteriormente aumentado mediante integralização com bens imóveis, por ser considerado excessivo em relação ao objeto social da Companhia, nos termos do art. 173 da Lei nº 6.404/76, de sorte que a adoção dessa providência não promoverá qualquer instabilidade institucional ou comprometimento à segurança da Companhia, sendo tão somente uma medida de reorganização societária, sem prejudicar o objeto social, o interesse de terceiros, da própria acionista, bem como o funcionamento regular da Companhia;

7.2. Autorizou a devolução à acionista URCD ILHA GRANDE COMÉRCIO SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO S.A., CNPJ nº 10.590.725/0001-30, dos bens imóveis originalmente integralizados para aumento do capital desta Companhia, quais sejam:

(i) Imóvel Rural denominado CACHOEIRA DO IMBURI ou CHÃ DO IMBURI, situado neste Município de Pilar- Alagoas, cadastrado no INCRA sob nº. 950.173.745.316-4, composto de três partes, com os seguintes limites e confrontações: Área de 50,77 ha. (cinquenta vírgula setenta e sete hectares), limitando-se ao Norte, ao Sul e ao Leste com a Usina Utinga Leão e a Oeste com a Fazenda Imburi I, com a seguinte descrição: Inicia-se no Ponto P 1, localizado em uma faixa de cana, onde se confrontam Fazenda Chã do Imburi 1 e Chã do Imburi 2, de coordenadas:X=177782.607 e Y= 8941831.502, segue-se pela faixa de cana até o Ponto P 2, localizado onde se confrontam Fazenda Imburi e Usina Leão de coordenadas: X=178144.671 e Y=8941986.237, com azimute de 1-2 66º51'35" e uma distância de 431,7m, confrontando-se com a Usina Utinga Leão. Do Ponto P 2 segue-se pela faixa de cana até o Ponto P 3, localizado em uma estrada que dá acesso a BR 316 de coordenadas: X=178399.360 e Y= 8941200.148, com azimute 2-3 162º26'29" e uma distância de 828,8m, confrontando-se com a Usina Utinga Leão. Do Ponto P3 segue-se pela estrada até o P 4, de coordenadas X=178138.325 Y= 8940944.523, com azimute de 3-4 214º 2'34" e uma distância de 393,2m, confrontando-se com a Usina Utinga Leão. Do Ponto P 4 segue-se pela estrada até o P 5, de coordenadas: X= 177501.608 Y= 8941489.291, com azimute de 4-5 310º 32'55" e uma distância de 839,im, confrontandose com a Usina Utinga Leão. Do Ponto P5 segue-se por uma linha até o Ponto Pi, Ponto de partida, com azimute de 5-1 39º 23'25"" e uma distância de 442,8m, confrontando-se com a Fazenda Imburi 1, registrado no Cartório do Único Ofício da Comarca de Pilar-AL, no Livro 2-AS, às fls. 068, sob n. 8.384, em 09 de agosto de 2013 e avaliado em R$ 1.703.032,00 (hum milhão, setecentos e três mil, trinta e dois reais);

ii) Imóvel Rural denominado CACHOEIRA DO IMBURI, situado neste Município de Pilar - Alagoas, cadastrado no INCRA sob nº. 950173745316 - 4, composto de três partes, com os seguintes limites e confrontações: Área de 50,71 ha. (cinquenta vírgula setenta e um hectares), limitando-se ao Norte com a Fazenda Imburi, ao Sul com parte 2 da Fazenda Chã do Imburi, ao Leste com a Usina Utinga Leão e a Oeste com a Fazenda Imburí |, com a seguinte descrição: Inícia-se no Ponto P 0, localizado em uma faixa de cana, no limite Tabuleiro/Encosta se confrontando com a Fazenda imburi, de coordenadas: X=177130.862 e Y= 8942486.620, segue pela faixa de cana até o Ponto P 1, localizado onde se confrontam Fazenda Imburi 1 e Fazenda Imburi 2, de coordenadas: X=177782.607 e Y=8941831.502, com azimute de 0-1 135º08'52" e uma distância de 968,0m, confrontando-se com a Fazenda Imburi. Do Ponto P 1 segue-se por uma reta até o Ponto P 5, localizado em uma estrada que dá acesso a BR 316 de coordenadas: X=177501.608 e Y= 8941489.291, com azimute 1-5 219º23'25" e uma distância de 442,8m, confrontando-se com Chã do Imburi Parte "2", área desmembrada. Do Ponto P 5 segue-se pela estrada até o P 6, de coordenadas X=176948.944 Y= 8941947.847, com azimute de 5 - 6 309º 40' 55" e uma distância de 720,3m, confrontando-se com a Usina Utinga Leão. Do Ponto P 6 segue-se pela estrada até o P 7, localizado em uma faixa de cana onde se confrontam Usina Utinga Leão e Fazenda Imburi de coordenadas: X= 176317.413 Y= 8941730.861, com azimute de 6 - 7 251º 0216" e uma distância de 689,0m, confrontando-se com a Usina Utinga Leão. Do Ponto 7 segue-se pela faixa de cana, depois por uma linha e depois por uma faixa de cana até o Ponto PO, Ponto de Partida, com azimute de 7 - 0 47º 06' 20" e uma distância de 1.493,0m, confrontando-se com a Fazenda Imburi, registrado no Cartório do Único Ofício da Comarca de Pilar-AL, no Livro 2-AV, às fls. 258, sob n. 9.559, em 12 de setembro de 2014 e avaliado em R$ 1.701.019,00 (hum milhão, setecentos e um mil e dezenove reais).

iii) imóvel consistente de uma gleba 01, situado na Fazenda São Pedro, no Município de Arapiraca-AL, com as seguintes medidas e confrontações: partindo do ponto P1 deste, leste com distância de 203,70m confrontando-se com Jorge Barbosa Lima, chega-se ao ponto P02, deste leste com distância de 24,40m confrontando-se com Jorge Barbosa Lima, chega-se ao P03 deste, sul com distância de 1.003,00m, confrontando-se com Antônio Carlos Bezerra Silva, chega-se ao ponto P04, deste sul com distância de 53,80m, confrontando-se com Antônio Carlos Bezerra Silva, chega-se ao ponto P04 deste sul com distância de 16,80m, confrontando-se com Antônio Carlos Bezerra Silva, chega-se ao ponto P05, deste sul com distância de 123,51m, confrontando-se com Antônio Carlos Bezerra Silva, chega-se ao ponto P06 deste sul, com distância de 97,00m, confrontando-se com Antônio Carlos Bezerra Silva, chega-se ao ponto P07 deste, oeste, com distância de 38,90m, confrontando-se com Antônio Carlos Bezerra Silva, chega-se ao ponto P08 deste oeste, com distância de 226,46m, confrontando-se com Antônio Carlos Bezerra Silva, chega-se ao ponto P09 deste oeste, com distância de 23,00m, confrontando-se com Antônio Carlos Bezerra Silva, chega-se ao ponto P10 deste oeste, com distância de 48,18m, confrontando-se com Antônio Carlos Bezerra Silva, chega-se ao ponto P11 deste leste, com distância de 164,65m, confrontando-se com Edivaldo Antônio dos Santos, chega-se ao ponto P12 deste oeste, com distância de 176,57m, confrontando-se com Edivaldo Antônio dos Santos, chega-se ao ponto P13 deste leste, com distância de 385,81m, confrontando-se com Josivaldo Antônio dos Santos, chega-se ao ponto P01 ponto inicial da descrição do perímetro, com área total de 27,20ha, código do imóvel rural: 246.026.005.665-2, nº módulos rurais: 14,98, módulo fiscal (ha): 15,0000, nº de módulos fiscais: 12,6933, FMP (ha): 2,0000, área total (ha): 190,4000, registrado no Cartório do 1º Ofício de Serviços Registrais da Comarca de Arapiraca-AL, no Livro 2, ficha 01, sob o nº 5-91008, em 10/06/2016 e avaliado em R$ 727.927,00 (setecentos e vinte e sete mil, novecentos e vinte e sete reais);

(iv) imóvel consistente de uma gleba 02, situado na Fazenda São Pedro, zona rural do Município de Arapiraca-AL, com as seguintes medidas e confrontações: partindo do ponto P1 sul com distância de 385,81m confrontando-se com estrada vicinal, chega-se ao ponto P02, deste leste com distância de 421,15m confrontando-se com Jorge Barbosa Lima, chega-se ao P03 deste, leste com distância de 300,00m, confrontando-se com Jorge Barbosa Lima, chega-se ao ponto P04, deste sul com distância de 385,81m, confrontando-se com Edivânia Maria dos Santos, chega-se ao ponto P05 deste oeste com distância de 95,96m, confrontando-se com Edivaldo Antônio dos Santos, chega-se ao ponto P06, deste sul com distância de 97,41m, confrontando-se com Edivaldo Antônio dos Santos, chega-se ao ponto P07 deste oeste, com distância de 553,54m, confrontando-se com Edivaldo Antônio dos Santos, chega-se ao ponto P08 deste, oeste, com distância de 87,18m, confrontando-se com Edivaldo Antônio dos Santos, chega-se ao ponto P09 deste oeste, com distância de 136,90m, confrontando-se com Edivaldo Antônio dos Santos, chega-se ao ponto P01 ponto inicial da descrição do perímetro, com área total de 27,20ha, código do imóvel rural: 246.026.005.665-2, nº módulos rurais: 14,98, módulo fiscal (ha): 15,0000, nº de módulos fiscais: 12,6933, FMP (ha): 2,0000, área total (ha): 190,4000, registrado no Cartório do 1º Ofício de Serviços Registrais da Comarca de Arapiraca-AL, no Livro 2, ficha 01, sob o nº 4-91009, em 10/06/2016 e avaliado em R$ 727.927,00 (setecentos e vinte e sete mil, novecentos e vinte e sete reais); e

(v) imóvel consistente de uma gleba 03, situado na Fazenda São Pedro, no Município de Arapiraca-AL, com as seguintes medidas e confrontações: partindo do ponto P1 leste com distância de 376,95m confrontando-se com a estrada vicinal chega-se ao ponto P02, deste leste com distância de 136,90m confrontando-se com Josivaldo Antônio dos Santos, chega-se ao P03 deste, leste com distância de 87,18m, confrontando-se com Josivaldo Antônio dos Santos, chega-se ao ponto P04, deste leste com distância de 553,54m, confrontando-se com Josivaldo Antônio dos Santos, chega-se ao ponto P05 deste sul com distância de 97,41m, confrontando-se com Josivaldo Antônio dos Santos, chega-se ao ponto P06, deste leste com distância de 273,15m, confrontando-se com Josivaldo Antônio dos Santos e Edivânia Maria dos Santos, chega-se ao ponto P07 deste sul, com distância de 164,25m, confrontando-se com Edivânia Maria dos Santos, chega-se ao ponto P08 deste, oeste, com distância de 202,40m, confrontando-se com Antônio Carlos Bezerra Silva, chega-se ao ponto P09 deste oeste, com distância de 35,50m, confrontando-se com Antônio Carlos Bezerra Silva, chega-se ao ponto P10 deste oeste, com distância de 141,64m, confrontando-se com Antônio Carlos Bezerra Silva, chega-se ao ponto P11 deste sul, com distância de 127,32m, confrontando-se com Valdinete Maria dos Santos, chega-se ao ponto P12 deste oeste, com distância de 765,00m, confrontando-se com Valdinete Maria dos Santos, chega-se ao ponto P01 ponto inicial da descrição do perímetro, com área total de 27,20ha, código do imóvel rural: 246.026.005.665-2, nº módulos rurais: 14,98, módulo fiscal (ha): 15,0000, nº de módulos fiscais: 12,6933, FMP (ha): 2,0000, área total (ha): 190,4000, registrado no Cartório do 1º Ofício de Serviços Registrais da Comarca de Arapiraca-AL, no Livro 2, ficha 01, sob o nº 4-91010, em 10/06/2016 e avaliado em R$ 727.927,00 (setecentos e vinte e sete mil, novecentos e vinte e sete reais).

7.3. A administração da Companhia fica incumbida de tomar todas as providências necessárias para a formalização da transferência de propriedade dos referidos bens imóveis, descritos no item 7.2 acima, mediante a lavratura de Escritura Pública e o devido registro perante o Cartório de Registro de Imóveis competente;

7.4. Os Diretores da Companhia ficam autorizados a adotar todas as providências necessárias para a implementação das deliberações anteriormente aprovadas, incluindo a devida publicidade da redução do capital, nos termos do art. 174 da Lei nº 6.404/76, além da prática dos atos necessários à efetiva devolução dos bens à acionista supra indicada; e

7.5. Aprovou a reforma do artigo 4º do Estatuto Social, relativamente ao capital social e ações da Companhia, bem como sua consolidação, conforme instrumento ora anexado (Anexo I).

8. Encerramento. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida, aprovada e assinada pela Presidente e Secretário da Mesa.

"Confere com o original lavrado no livro próprio»

Pilar (AL), 28 de março de 2025.

MESA DOS TRABALHOS:

ANNA KARLLA BRABO MAGALHAES:89493192415 Assinado de forma digital por ANNA KARLLA BRABO MAGALHAES:89493192415
Anna Karlla Brabo Magalhães
Presidente

LUCIANO JOSE DE ARAUJO BARROS:45423598400 Assinado de forma digital por LUCIANO JOSE DE ARAUJO BARROS:45423598400
Luciano José de Araújo Barros
Secretário

NOME DA EMPRESA: **ISOAÇO INDÚSTRIA E COMERCIO DE ACO LTDA** , INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O No. 26.774.412/0001-72 - SITUADA: AVENIDA DEPUTADO SERZEDELO DE BARROS CORREIA, 6841 LOTE 03 04 PARTE DO 02 LOTE 11 12 PARTE DO 13 . COM ATIVIDADES DE: 25.32-2-01 - Produção de artefatos estampados de metal , TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE – SEMURB – MACEIÓ/AL, A **RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DE OPERAÇÃO.**

Estado de Alagoas
Prefeitura Municipal de União dos Palmares.
A Prefeitura Municipal de União dos Palmares, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF 12.332.946/0001-34, com sede Administrativa na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, S/N - Centro - CEP 57.800-000 - União dos Palmares - AL, informa que requereu junto ao Instituto do Meio Ambiente de Alagoas a **Autorização Ambiental, para a as obras de Pavimentação e drenagem de diversas ruas do Conjunto Padre Donald, neste município de União dos Palmares - AL.**
União dos palmares/AL, 24 de março de 2025
José Iran Menezes da Silva Júnior- Prefeito Municipal

Estado de Alagoas
Prefeitura Municipal de união dos Palmares.
A Prefeitura Municipal de União dos Palmares, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF 12.332.946/0001-34, com sede Administrativa na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, S/N - Centro - CEP 57.800-000 - União dos Palmares - AL, informa que Requereu junto ao Instituto do Meio Ambiente de Alagoas a renovação da **Autorização Ambiental, para as obras de pavimentação e drenagem de estradas vicinais, nesta cidade de União dos Palmares - AL.**
União dos palmares/AL, 24 de março de 2025
José Iran Menezes da Silva Júnior - Prefeito Municipal

NOME DA EMPRESA: **GALETO JACARECICA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 53.288.998/0001-38, situada na R HENRY VICENTE VIEIRA DE PAULA, 8 - JACARECICA, Maceió - Al, 57.038-690, com ATIVIDADE PRINCIPAL: Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar. Torna público que requereu a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO – SEMURB, Maceió/AL, a **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL, de "REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÃO", para o empreendimento denominado "GALETO JACARECICA"**, situada na R HENRY VICENTE VIEIRA DE PAULA, 8 - JACARECICA, Maceió - Al, 57.038-690. - Foi solicitado o Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos (PGRS) e o Estudo de Capacidade Ambiental (ECA).

NOME DA EMPRESA: **ISOAÇO INDÚSTRIA E COMERCIO DE ACO LTDA** , INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O No. 26.774.412/0001-72 - SITUADA: AVENIDA DEP SERZEDELO DE BARROS CORREIA, 335 , BAIRRO CLIMA BOM Quadra 24 Lote 6, MACEIÓ/AL - CEP: 57.071-230 . COM ATIVIDADES DE: 25.32-2-01 - Produção de artefatos estampados de metal , TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE – SEMURB – MACEIÓ/AL, A **RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DE OPERAÇÃO.**

Estado de Alagoas
Prefeitura Municipal de união dos Palmares.
A Prefeitura Municipal de União dos Palmares, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF 12.332.946/0001-34, com sede Administrativa na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, S/N - Centro - CEP 57.800-000 - União dos Palmares - AL, informa que Requereu junto ao Instituto do Meio Ambiente de Alagoas a **Autorização Ambiental, para a as obras de pavimentação, terraplenagem e drenagem de ruas no povoado Sementeira, nesta cidade de União dos Palmares - AL.**
União dos palmares/AL, 24 de março de 2025
José Iran Menezes da Silva Júnior- Prefeito Municipal

O **LOTUS MOTEL LTDA**, inscrito sob o CNPJ 46.518.407/0001-06, localizado na Rodovia AL-115, s/n, Guaribas, Arapiraca - AL, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Arapiraca, a **Renovação da Licença Ambiental de Operação.**

INDÚSTRIA ECOMÉRCIO DE FUMO AZULÃO LTDA, 1.479.433/0001-03, RUA Leonisa Maria de Jesus, 227,BAIRRO:Brasiliana, ARAPIRACA-AL, torna público que requereu a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Município de Arapiraca - Al a **Renovação da Licença Ambiental De Operação de uma fabrica de fumo , em Arapiraca - Al.**

A **SODAGRO SOCIEDADE DISTRIBUIDORA AGROPECUARIA LTDA**, inscrito no CNPJ 13.184.452/0005-46, localizada à Rua Maria Augusta da Silva, nº 1.926, Sebastião Vilela dos Santos, Teotônio Vilela/AL, torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente de Alagoas – IMA/AL, a **Regularização da Licença Ambiental de Operação, para atividade de comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários.** Foi determinado estudo ambiental.

Cicero Rafael Tenório da Silva, CPF 829.682.928-20, Via Secundária 3, nº 185 – Quadra 0787 – Lote 735, Tabuleiro dos Martins, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB a **Regularização da Licença de Implantação, para atividade econômica Construção de Galpão,** no local Via Secundária 3, nº 185 – Quadra 0787 – Lote 735, Tabuleiro dos Martins.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIAÇABUÇU/AL
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 007/2025

O MUNICÍPIO DE PIAÇABUÇU/AL, através da Comissão Especial de Chamamento Público, torna público e a todos os interessados que as inscrições serão realizadas presencialmente na secretaria Municipal de Cultura e Juventude através do endereço: na Rua São Francisco de Borja, S/N, Centro, Piaçabuçu, Alagoas, e virtualmente através de formulário, preenchido e devidamente enviado a Secretaria de forma presencial ou via endereço eletrônico disponibilizado para este fim. **Chamamento Público sob nº 007/2025**, para SELEÇÃO DE CONSULTORIA/ASSESSORIA E PARECERISTA conforme previsão contida art. 7 da Lei nº 14.399/2022 de 8 de julho de 2022 - Política Nacional Aldir Blanc, seguindo as normas do Decreto Federal nº 11.740/2023 e no Decreto Federal nº 11.453/2023. OBJETO: CONTRATAÇÃO CONSULTORIA/ASSESSORIA E PARECERISTA OU PROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC (PNAB), CONFORME CRITÉRIOS, TERMOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NESTE EDITAL E NOS SEUS ANEXOS. RECEBIMENTO DAS INSCRIÇÕES, HABILITAÇÃO, APURAÇÃO DA PONTUAÇÃO OBTIDA PARA CADA CANDIDATO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS. RECEBIMENTO DAS INSCRIÇÕES, TRIAGEM DOS DOCUMENTOS ENVIADOS NO ATO DA HABILITAÇÃO: 04/04/2025, ATÉ AS 13H30. APURAÇÃO DA PONTUAÇÃO OBTIDA PARA CADA CANDIDATO: 16/04/2025, A PARTIR DAS 08H. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS: 28/04/2025, A PARTIR DAS 08H. Piaçabuçu/AL, 03 de Abril de 2025. FELIPE EDUARDO DA SILVA GOMES. Presidente da C.G.O da Política Nacional Aldir Blanc

MUNICÍPIO DE ANADIA

O MUNICÍPIO DE ANADIA, através do Setor de Licitações avisa que realizará licitação conforme resumo:

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025
Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE.
2ª CHAMADA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INTERNET, OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA/AL.
Data e hora da sessão de disputa: 23/04/2025, às 09:00h (horário de Brasília).
LOCAL: Sistema eletrônico do Bolsa Nacional de Compras – BNC; Endereço eletrônico do sistema: https://bnccompras.com/Home/Login
Os interessados poderão retirar o Edital através do site: https://bnccompras.com/Home/Login OU
https://www.anadia.al.gov.br/lai/32/Edital-de-Licitacao e se credenciarem junto ao BNC-BOLSA NACIONAL DE COMPRAS, no mesmo endereço.
Informações pelo e-mail: cpl.anadia@gmail.com/ OU pregaoanadia@gmail.com

Anadia/AL, 02 de abril de 2025
THIAGO VIEIRA DOS SANTOS SOUZA
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

AVISO DE LICITAÇÃO
UASG Nº 926703

PREGÃO ELETRÔNICO CPL/ALICC – N.º 067/2025 (90067/2025)
Processo nº 5800.049680/2024.
Objeto: Aquisição de tubos para coleta de amostra biológica para TAP e TTPA
Abertura das Propostas: 22/04/2025 às 09:00h. (Horário de Brasília) no site **http://www.comprasnet.gov.br/**

Maceió/AL, 02 de abril de 2025.
Marília Peixoto Barbosa
Diretor da Diretoria Especial de Licitações e Contratos ALICC-PMM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025

OBJETO **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇO SOCIOASSISTENCIAL DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Tipo: Menor Preço, Data e hora da sessão de disputa: 16/04/2025, às 09h00min (horário de Brasília). LOCAL: Sistema eletrônico do BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS, através do site www.bnc.org.br. Os interessados poderão retirar o Edital através do site: https://sai.io.org.br/al/palmeiradosindios/site/licitacoes o no site: www.bnc.org.br e se credenciarem junto ao BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS, no endereço http://bnc.org.br/sistema. A íntegra deste Edital e seus anexos também estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). - Informações pelo e-mail: licitacoesdiretoria@gmail.com. Palmeira dos Índios - Alagoas, 31 de março de 2025. Adjalan Kleber de Paula Correia - Pregoeiro, Port. nº 261/2025.

MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n° 06/2025
Processo n.º 1100.001456/2025
Tipo: Menor Preço por lote de itens
Disponibilidade: **http://www.licitacoes-e2.com.br**
Objeto: Registro Registro de preço para Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de desinsetização, desratização e descupinização, com o fornecimento de mão de obra, todos os insumos, materiais, equipamentos e ferramentas necessárias, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Delmiro Gouveia.
Data de realização: 22 de abril de 2025 às 08:00h.
Informações: **cpldelmiro@outlook.com**

Erika Vanessa Melo de Lima
Pregoeira

EXÉRCITO BRASILEIRO
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO

MINISTÉRIO DA DEFESA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico SRP n° 90032/2025 – UASG 160004

Objeto: Contratação de Serviço de Lavanderia. Edital disponível: 02/04/2025 das 09h00 às 15h30, no site https://59bimtz.eb.mil.br ou https://pncp.gov.br/app/editais. Envio das propostas: a partir de 02/04/2025 no site https://www.gov.br/compras/pt-br. Fase de lances: 16/04/2025 às 09h00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2025 Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de veículos. Tipo: Menor preço. Data da realização: 22 de abril de 2025, às 9h. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025 Objeto: Registro de preços para futura e eventual fornecimento de material argilo-arenoso. Tipo: Menor preço por item. Data da realização: 22 de abril de 2025, às 9h:30min. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2025** Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em licença para uso de sistema de gestão de serviços em cuidado ao cidadão *mobile* e *web,* integrados ao servidor virtual, incluindo todos os serviços de acompanhamento. Tipo: Menor preço. Data da realização: 22 de abril de 2025, às 10h. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025** Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de trator agrícola. Tipo: Menor preço por item. Data da realização: 22 de abril de 2025, às 10h:30min. Local: Banco Nacional de Compras - BNC. Os editais encontram-se à disposição dos interessados através do *site* da Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro e na plataforma eletrônica do BNC. Dúvidas através do *e-mail* (licitacoesmarechaldeodoro@gmail.com).

Marechal Deodoro/AL, 02 de abril de 2025.
Leandro Bittencourt Miranda

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANHAS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Modalidade: Dispensa Eletrônica n.º 02/2025
Processo n.º 03180007/2025
Tipo: Menor preço por item
Disponibilidade: **www.licitanet.com.br**
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Tablets, destinados para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social de Piranhas/AL.
Data de realização: 09 de abril de 2025, às 08h00.
Informações: **licitacoes@piranhas.al.gov.br**

Wellington Pinto Oliveira
Presidente da Comissão de Contratação



DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES
AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025

Objeto: Aquisição de 5 (cinco) veículos tipo SUV.
Certame licitatório: 18/02/2025, às 10h (horário de Brasília).
Informações gerais: O edital poderá ser retirado gratuitamente no sítio **www.licitanet.com.br**, ou no sítio **www.tjal.jus.br**, em Licitações.

Maceió, 28 de janeiro de 2025.
Kátia Maria Diniz Cassiano
Pregoeira



FONE: 82-3316-5855

JORNAL TRIBUNA INDEPENDENTE
Portal TRIBUNAHOJE.com
PUBLICIDADE LEGAL É COM A GENTE.
Solicite seu orçamento pelo e-mail:
comercial.tribunaindependente@gmail.com
Único jornal Standard de circulação diária no Estado de Alagoas

Estado de Alagoas
Prefeitura Municipal de União dos Palmares.

A Prefeitura Municipal de União dos Palmares, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF 12.332.946/0001-34, com sede Administrativa na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, S/N - Centro - CEP 57.800-000 - União dos Palmares - AL, informa que Requereu junto ao Instituto do Meio Ambiente de Alagoas a **Autorização Ambiental, para a as obras de pavimentação e drenagem de ruas no Loteamento Maria Madalena e no Conjunto Abdon Veríssimo, nesta cidade de União dos Palmares - AL.**

União dos Palmares/AL, 24 de março de 2025
José Iran Menezes da Silva Junior - Prefeito Municipal

Município de São Jose da Tapera, inscrita no CNPJ 12.261.228/0001-14, situada Tv Elisio Da Silva Maia, Sn – Centro, São José Da Tapera/AL, cep: 57.445-000, torna público que requereu ao IMA/AL, a AUT – **Autorização de número ID: 60426 para Construção de uma Praça no entorno da Lagoa Caiçara visando sua revitalização.**

ATLANTIC POUSADA & HOTELARIA LTDA., inscrito sob o CNPJ 35.306.161/0001-92, localizado a Rua Francisco de Barros Regis, nº s/n, bairro Centro, Japaratinga/AL., CEP 57.950-000, torna público que requereu **ao Instituto do Meio Ambiente de Alagoas – IMA/AL**, a **Licença Prévia**, para Empreendimento de Hotelaria (Pousada).

Estado de Alagoas
Prefeitura Municipal de união dos Palmares.

A Prefeitura Municipal de União dos Palmares, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF 12.332.946/0001-34, com sede Administrativa na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, S/N - Centro - CEP 57.800-000 - União dos Palmares - AL, informa que Requereu junto ao Instituto do Meio Ambiente de Alagoas a **Autorização Ambiental, para a as obras de urbanização de Praças, nesta cidade de União dos Palmares - AL**.

União dos palmares/AL, 24 de março de 2025
José Iran Menezes da Silva Júnior - Prefeito Municipal



De ordem do Desembargador Federal Vladimir Souza Carvalho, Relator na ação rescisória 0814438-84.2021.4.05.0000, publica-se:

EDITAL DE CITAÇÃO

(prazo de (40) quarenta dias)

O Desembargador Federal VLADIMIR SOUZA CARVALHO, do Tribunal Regional da 5ª Região, na ação rescisória 0814438-84.2021.4.05.0000, em que figuram, como autor, o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS - IFETAL e, como ré: MARLENE SOARES ARAUJO e outros, usando de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL, com prazo de quarenta (40) dias, virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este meio, CITA, nos termos do art. 256, II, do Código de Processo Civil, por ignorado o lugar em que se encontram, os herdeiros/sucessores do réu **Ronaldo Romão do Nascimento**, CPF: ***.028.***-20 e os herdeiros/sucessores da falecida ré **Marlene Soares de Araújo**, CPF: ***.343.***-53, para, no prazo de 30 (trinta) dias (art. 970 do CPC), a contar do término do prazo do edital - 40 (quarenta) dias, iniciado na data de sua publicação, responder aos termos da ação em epígrafe, que se processa neste Tribunal, com pedido de tutela de urgência, "...para o fim de suspender TODOS os efeitos da decisão que se busca rescindir, em especial a execução de sentença levada a cabo no Cumprimento de Sentença nº 0806907- 08.2018.4.05.8000, até final julgamento desta rescisória,..." e no mérito: ("... em sede de juízo rescindente, seja deferido o pedido de rescisão do v. acórdão proferido nos autos da constante nos autos do PROCESSO Nº: 0801084-60.2019.4.05.0000 - AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL que apreciou o incidente de impugnação ao cumprimento no Cumprimento de Sentença nº 0806907- 08.2018.4.05.8000 em sede de Agravo de Instrumento..."), sob pena, em caso de revelia, de serem presumidos aceitos como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor (art. 344 do CPC) e, neste caso, nomeado curador especial (art. 257, IV do CPC).

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam, no futuro, alegar ignorância, foi o presente EDITAL expedido, de acordo com o art. 257 do Código de Processo Civil, e mandado publicar no sítio deste Tribunal (Diário da Justiça Eletrônico), estando o mesmo disponível na rede mundial de computadores através do link www.trf5.jus.br e em única publicação, em jornal oficial de Maceió. A sede deste Tribunal funciona no Cais do Apolo, s/nº, bairro do Recife, nesta Cidade do Recife, Estado de Pernambuco.

"O autor ingressou com o feito eletronicamente. A resposta a essa ação também terá de ser feita de modo eletrônico (Atos nº 112/2010 e 276/2010, do TRF 5ª Região). Os advogados devem efetuar o cadastro no endereço eletrônico https://pje.trf5.jus.br/pje/PessoaAdvogado/avisoCadastro.seam e assinar o termo de compromisso no primeiro acesso ao sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe, sendo obrigatória a utilização de CERTIFICAÇÃO DIGITAL."

Dado e passado nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, na data da assinatura eletrônica. Do que eu, (Jorge Cabral Chaves) Diretor de Divisão, da Diretoria do Plenário, o lavrei e conferi, o lavrei e subscrevo.

Desembargador Federal Vladimir Souza Carvalho, Relator.".

TRIBUNA HOJE.com

TODO CONTEÚDO EM VÍDEO VOCÊ ENCONTRA EM NOSSO CANAL NO



BUSQUE POR:
PORTAL TRIBUNA HOJE

AAMM COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS LTDA, inscrita no CNPJ: 09.164.951/0002-51, localizada na Av. Durval de Goes Monteiro, Nº 9110, Tabuleiro dos Martins, Maceió/AL, CEP: 57.080-000, Atividade: Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, torna público que requereu do Instituto do Meio Ambiente IMA/AL a **RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO** de acordo com as Leis Ambientais Vigentes.

PREVENCAR LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ 35.435.586/0001-00, situada na Rua Projetada 458, nº 85, Quadra H, Lote 08, Cidade Universitária, CEP 57072-445, Maceió – AL, torna público que requereu a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB a **RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO, para a atividade de COLETA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS do empreendimento denominado "PREVENCAR LOCAÇÕES E SERVIÇOS".**

PROJETO IMOBILIÁRIO RECORD 27 SPE LTDA., sediada na Rua Santa Fernanda, 208, sala 13, Jatiuca – Maceió/AL, inscrita no CNPJ nº 51.482.387/0001-09, torna público que requereu ao Instituto de Meio Ambiente do Estado de Alagoas – IMA/AL a **Autorização de Supressão de vegetação para o empreendimento CasaMar, situado em Porto de Pedras/AL.**

COMUNICADO

A **PEDRAS DO PATACHO EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA**, localizada na Praia do Patacho – Porto de Pedras/AL CEP: 57.945-000, inscrita no CNPJ sob o nº: 26.436.945/0001-44, torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente – IMA/AL a **Autorização Ambiental para a Construção de um Muro de Contenção ao Avanço da Maré para a Pousada Pedras do Patacho,** localizada em mesmo endereço, no município da Porto de Pedras/AL.

ZÉLIA SILVA GONÇALVES, inscrita no CPF número 449.222.055-00, solicita ao Instituto do Meio Ambiente de Alagoas - IMA a **Licença Ambiental de Regularização de Operação para Atividade Agrícola e pecuárias com Irrigação por método de aspersão - pivô central, auto propelido, convencional e outros na Fazenda Barra de Ipanema, Belo Monte/AL.**

COMUNICADO

A **RAIZ DO BRASIL EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA**, localizada na Praia do Patacho – Porto de Pedras/AL CEP: 57.945-000, inscrita no CNPJ sob o nº: 26.436.945/0002-25, torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente – IMA/AL a **Autorização Ambiental para a Construção de um Muro de Contenção ao Avanço da Maré para a Pousada Casa Brasileira,** localizada em mesmo endereço, no município da Porto de Pedras/AL.

PUBLIQUE AQUI!
82.3316-5855

ATOS OFICIAIS, BALANÇOS E EDITAIS.
JORNAL TRIBUNA INDEPENDENTE
Portal TRIBUNAHOJE.com
SOLICITE SEU ORÇAMENTO PELO E-MAIL:
comercial.tribunaindependente@gmail.com
ÚNICO JORNAL STANDARD DE CIRCULAÇÃO DIÁRIA NO ESTADO DE ALAGOAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024



CNPJ 05.680.391/0001-56
Rua Joaquim Nabuco, 325 - Farol, Maceio-AL
0800 725 3505

Em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira vigente, a FSF TECNOLOGIA S.A. apresenta, a seguir, as Demonstrações financeiras e Parecer do auditor independente referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A FSF TECNOLOGIA S.A é uma empresa regional de telecomunicações, referência no mercado pela qualidade e lucratividade em suas operações e pelo desenvolvimento do capital intelectual. A companhia é reconhecida no mercado pela ética, transparência e melhor infraestrutura de redes de dados convergentes do Nordeste. Desde o início de suas operações em junho de 2003, em Alagoas, vem se destacando no mercado pela satisfação dos mais de 3 mil clientes corporativos nos setores público e privado, que já cobrem 14 estados.

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

ATIVO	2024	2023
CORRENTE		
Caixa e equivalentes de caixa	34.053	34.710
Títulos e valores mobiliários	1.020	7.436
Contas a receber de clientes	73.550	62.277
Estoques	25.544	14.017
Tributos a recuperar	7.664	10.232
Instrumentos financeiros	5.445	-
Despesas antecipadas	539	980
Outros ativos	4.234	4.470
Total do ativo corrente	**152.049**	**134.122**
NÃO CORRENTE		
Contas a receber de clientes	2.543	2.719
Títulos e valores mobiliários	1.000	1.020
Depósitos judiciais	334	303
Tributos a recuperar	1.794	1.794
Direito de uso em arrendamento	32.100	28.326
Outros ativos	658	657
Imobilizado	184.179	167.851
Intangível	9.418	11.179
Total do ativo não corrente	**232.026**	**213.849**
TOTAL DO ATIVO	**384.075**	**347.971**

PASSIVO	2024	2023
CORRENTE		
Fornecedores	15.163	8.547
Empréstimos e financiamentos	14.522	13.099
Instrumentos financeiros	-	1.105
Debêntures	5.057	14.069
Passivos de Arrendamento	6.332	6.081
Salários e obrigações trabalhistas	4.940	5.060
Impostos e contribuições a recolher	6.599	7.864
Parcelamento de tributos	7.677	6.379
Dividendos a pagar	-	2.680
Adiantamento de clientes	1.606	1.581
Receitas diferidas	524	328
Compartilhamento de infraestrutura	34.260	24.853
Outras contas a pagar	7.540	6.090
Total do passivo corrente	**104.220**	**97.736**
NÃO CORRENTE		
Empréstimos e financiamentos	25.038	28.714
Debêntures	199.992	138.285
Arrendamentos a pagar	21.237	16.710
Parcelamento de tributos	13.956	17.220
Dividendos a pagar	2.680	-
Adiantamento de clientes	4.500	4.500
Receitas diferidas	7.217	7.977
Provisão para riscos trabalhistas e tributários	4.845	2.547
Outras contas a pagar	17	25
Total do passivo não corrente	**279.482**	**215.978**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	62.400	62.400
Prejuízos acumulados	(62.026)	(28.143)
Total do patrimônio líquido	**373**	**34.257**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**384.075**	**347.971**

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2024	2023
Receita líquida dos serviços	144.739	137.704
Custo dos serviços prestados	(106.487)	(103.552)
Lucro bruto	**38.254**	**34.152**
Despesas com pessoal	(13.902)	(12.976)
Despesas gerais e administrativas	(11.705)	(15.975)
Outras receitas operacionais, líquidas	2.540	2.220
Lucro operacional	**15.185**	**7.421**
Receitas financeiras	7.738	7.414
Despesas financeiras	(56.807)	(47.336)
DespesaS financeiras, líquidas	(49.069)	(39.922)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(33.884)**	**(32.501)**
Imposto de renda e contribuição social	-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(33.883)**	**(32.501)**
Ações ordinárias no final do exercício (em milhares)	15.857	15.857
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas durante o exercício (expresso em R$ por ação)	(2,137)	(2,050)

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(33.884)	(32.501)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**(33.884)**	**(32.501)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de lucros – Legal	Reserva de lucros – Incentivos fiscais	Reserva de lucros – Retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 1º JANEIRO DE 2023	**62.400**	**843**	**300**	**3.215**	**-**	**66.758**
Prejuízo do exercício					(32.501)	(32.501)
Absorção de prejuízo		(843)	(300)	(3.215)	4.358	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**62.400**	**-**	**-**	**-**	**(28.143)**	**34.257**
Prejuízo do exercício					(33.884)	(33.884)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	**62.400**	**-**	**-**	**-**	**(62.27)**	**373**

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(33.884)	(32.501)
Ajustes de:		
Juros e variação cambial apropriados sobre empréstimos e financiamentos	12.575	7.609
Juros e variação monetária apropriados sobre debêntures	25.527	25.181
Juros apropriados sobre arrendamentos a pagar	5.741	5.137
Depreciação do direito de uso	10.307	8.500
Depreciação do imobilizado	22.886	21.214
Amortização do intangível	3.890	3.510
Perda na alienação e baixa de direito de uso, ativo imobilizado e intangível	1.969	2.145
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	1.126	479
Constituição (Reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	2.298	(1.010)
Operações com instrumentos financeiros	(5.525)	835
Baixa de passivos de arrendamento	(765)	
(Aumento) redução nos ativos:		
Contas a receber de clientes	(12.223)	(19.411)
Estoques	(11.527)	3.209
Impostos a recuperar	2.568	1.077
Despesas antecipadas	441	(387)
Depósitos judiciais	(31)	(17)
Outros créditos	236	1.706
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	6.616	1.481
Salários e obrigações trabalhistas	(120)	(168)
Impostos e contribuições a recolher	(1.265)	(210)
Adiantamento de clientes	25	(21)
Receita diferida	(564)	3.661
Parcelamento de tributos	(1.966)	(2.700)
Compartilhamento de infraestrutura	9.407	9.722
Outras contas a pagar	1.443	1.141
Caixa gerado nas operações	**39.183**	**40.182**
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(5.961)	(6.997)
Juros pagos de debêntures	(22.893)	(25.393)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**10.329**	**7.792**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Adição de aplicações financeiras	6.436	(81)
Partes relacionadas	-	712
Aquisições do ativo imobilizado	(40.052)	(24.880)
Adições ao ativo intangível	(2.129)	(3.421)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(35.745)**	**(27.670)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	6.093	33.721
Liquidação de instrumento financeiro	(1.025)	-
Captação de debêntures	196.990	-
Amortização de debêntures	(146.929)	-
Amortização de empréstimos e financiamentos (Principal)	(14.960)	(24.725)
Amortização de arrendamentos	(15.410)	(14.449)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamento	**24.759**	**(5.453)**
Redução do saldo de equivalentes de caixa	**(657)**	**(25.331)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	34.710	60.041
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	34.053	34.710
Redução do saldo de equivalentes de caixa	**(657)**	**(25.331)**

Lysiane Lopes Ferreira Monteiro Simões
Contadora – CRC-AL 005814/O-4

DIRETORIA

Felipe Calheiros Cansanção – **Diretor Presidente**

Sérgio Ferreira de Brito – **Diretor de Tecnologia**

Gleydston Rodrigues Guedes – **Diretor Financeiro**

Eufrázio



Edição impressa produzida pelo Jornal Tribuna Independente com circulação diária em bancas de jornais e assinantes. A autenticação desde documento pode ser conferida através do QR CODE ao lado ou direto no site https://tribunahoje.com/listagem-tribuna

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024



CNPJ 05.680.391/0001-56
Rua Joaquim Nabuco, 325 - Farol, Maceio-AL
0800 725 3505

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
FSF Tecnologia S.A.

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da FSF Tecnologia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 28 de março de 2025



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda
CRC 2SP000160/F-6

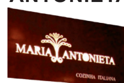
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora
CRC 1BA040103/O-0

TOP News



Elenilson Gomes
elenilsontopnews@gmail.com

DELICIOSAS MASSAS NO MARIA ANTONIETA



A coluna TopNews, sempre dando dicas para os nossos leitores, faz um convite especial. Você quer se deliciar com uma saborosa massa? O conhecido restaurante Maria Antonieta, localizado na Avenida Amélia Rosa, comandando pelos empresários Leopoldo, Dedé e pelo chef Breno Gama, convida a nossa a sociedade para saborear deliciosas massas na bela casa. São opções deliciosas, atendimento perfeito em um local super aconchegante e carta de vinhos premiada que fazem o Maria Antonieta ser uma referência em nossa sociedade. Parabéns, amigos, a gastronomia alagoana agradece!

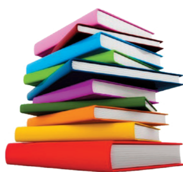
RITZ BARRA DE SÃO MIGUEL

O Ritz Barra de São Miguel é um refúgio natural onde o tempo desacelera e as piscinas de águas cristalinas proporcionam uma experiência sensorial inesquecível. A arquitetura e design do hotel celebram a brasilidade e homenageiam o prazer. O atendimento perfeito e as experiências personalizadas tornam tudo ainda mais especial. Não à toa, o Ritz Barra de São Miguel é um dos hotéis mais concorridos desta temporada. Parabéns ao empresário Márcio Coelho e a todos que fazem o Grupo Ritz em Alagoas.



Eles formam um casal crème de la crème em nosso mundo social e empresarial. O casal deu início a 2025 cheio de projetos e com muita esperança. Referência de amor, cumplicidade, companheirismo e respeito, estamos falando de Audi e Walter Galvão, eles são dois queridos em nossa sociedade. Eles retornam ao nosso convívio depois de uma bela viagem pela Europa. Bem-vindos, amigos!

11ª BIENAL DO LIVRO



Teve início a contagem regressiva para um dos maiores eventos literários do Nordeste. A 11ª Bienal Internacional do Livro de Alagoas será realizada de 31 de outubro a 9 de novembro de 2025, no Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso, em Maceió. Promovida pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), em parceria com o Governo de Alagoas, por meio da Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa (Secult), a Bienal promete movimentar o cenário cultural do estado. Breve, daremos mais detalhes!



Ela é dona de uma beleza clássica e marcante, executiva ouro, mulher de sucesso em nosso Estado. Estamos falando da querida Luana Nunes, ela que comanda com grande sucesso a Algo Mais Assessoria e Consultoria, empresa que lidera com muita dedicação e que oferece serviços diferenciados para grandes empresas no Norte/Nordeste. Parabéns, amiga, você enaltece o valor da mulher alagoana. Saudades!

NOITE DE AUTÓGRAFOS

O icônico treinador Joel Santana, conhecido como Papai Joel, chega a Maceió para o lançamento de sua aguardada biografia "Joel Santana: O Verdadeiro King do Rio". Escrito por Wilson Rossato e publicado pela Tinta Negra Edições, o livro será apresentado ao público no dia 8 de abril, às 19h, no Five Sport Bar, localizado na varanda gourmet do Maceió Shopping. A obra revisita a trajetória de Joel Santana no futebol brasileiro e internacional, destacando suas passagens por clubes como Vasco, Flamengo, Fluminense e Botafogo, além da experiência como técnico da seleção da África do Sul.

VILA DA PÁSCOA NA PONTA VERDE

Um dos pontos turísticos de Maceió, a Praça Gogó da Ema, na Ponta Verde, receberá a partir do dia 4 de abril, a Vila de Páscoa. O local começou a receber a ornamentação temática. A Vila de Páscoa da Gogó da Ema vai contar com a casa do coelhinho da Páscoa, um portal decorativo para acesso à vila, ornamentos luminosos aéreos e de chão, como cupcakes de chocolate, além de quatro quiosques para venda de produtos de artesanato e gastronômicos. O espaço permanecerá aberto entre os dias 4 e 27 de abril, assim como a Vila do Parque do Centenário, no bairro do Farol.

